

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EGRESSOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL
DE ALEGRE E SUA INSERÇÃO REGIONAL

PAULO ROBSON MANSOR

2005



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

EGRESSOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE E
SUA INSERÇÃO REGIONAL

PAULO ROBSON MANSOR

Sob a Orientação da Professora
Sandra Barros Sanchez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
outubro de 2005

373.2463098152

.

M289e

T

Mansor, Paulo Robson, 1963-

Egressos da Escola Agrotécnica de Alegre e sua inserção regional / Paulo Robson Mansor. - 2005.

75 f. : il.

Orientador: Sandra Barros Sanchez.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia.

Bibliografia: f. 53-56.

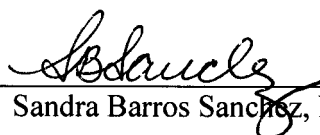
1. Técnicos em agropecuária - Alegre (ES) - Formação - Teses. 2. Técnicos em agropecuária - Alegre (ES) - Emprego - Teses. 3. Ensino agrícola - Alegre (ES) - Aspectos sociais - Teses. 4. Ensino agrícola - Alegre (ES) - Avaliação - Teses. I. Sanchez, Sandra Barros. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

PAULO ROBSON MANSOR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

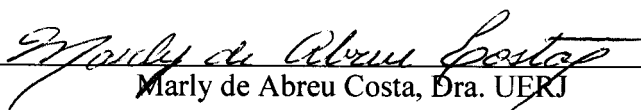
Dissertação Aprovada em: 20/10/2005



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



Lucilia Augusta Lino de Paula, Dra. UFRRJ



Marly de Abreu Costa, Dra. UERJ

“Não desampares a sabedoria, e ela te protegerá; ama-a, e ela te guardará” - Pv 4:06

“A pedagogia, como campo privilegiado de reflexões sobre a educação, acolhe no seu campo considerações de ordem filosófica e social, procura apoio científico, mas também aceita os encargos da organização prática da educação”. Amélia D. de Castro

“Pensar no papel do professor no atual estágio da sociedade é identificar uma multiplicidade de ações diferentes para a mesma função”. Vani M. Kenski

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por tudo que me tem proporcionado e por Ter aberto as portas para realização deste mestrado.

À minha esposa Míriam e aos meus filhos Ruan, Nícolas Tawan e Tiago, por compreenderem minhas ausências.

À minha coordenadora e orientadora, Professora Sandra Barros Sanchez, por acreditar na proposta deste trabalho.

À Escola Agrotécnica Federal de Alegre – ES, Por conceder a liberação para a conclusão do curso.

Ao professor Gabriel de Araújo Santos, Coordenador geral, por acreditar no potencial dos professores do Ensino Médio.

Ao Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegre – ES, pelo incentivo, apoio e por acreditar no trabalho proposto.

Aos colegas de curso que tanto nos incentivaram.

Aos professores (as): Suemy Yukizaki, Akiko Santos, Ana Cristina S. Santos, César A. M. Guedes, Marcelo Bairral, Eli Lino de Jesus, Rosa C. Monteiro, que nos ajudaram no nivelamento dos conhecimentos.

Aos alunos estagiários deste trabalho, por tanta dedicação e desempenho na aplicação dos questionários.

Aos demais alunos da Escola Agrotécnica Federal de Alegre – ES, por nos apoiarem neste trabalho.

Ao amigo e funcionário Miguel, por auxiliar na correção ortográfica desta dissertação.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Nascido em Cachoeiro de Itapemirim ES, Em 08 de agosto de 1963, filho de Francisco Mansor (*in memorian*) e Nilza da Silva Mansor, ingressou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1982, no curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrícolas, onde se graduou em janeiro de 1986.

Fez parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, Alegre – ES, no período entre 1986 a 1988.

Ingressou na Escola Agrotécnica Federal de Alegre em 1986, como professor, Ministrando as disciplinas de Administração Rural e Mecanização Agrícola, de 1986 à 1992. Assumiu a Coordenação Geral de Produção e Pesquisa (CGPP) em 1992, na qual permaneceu até 1999. Atualmente, ministra o módulo de Planejamento e Projeto e o de Gestão para os cursos Técnico em Agropecuária, Aqüicultura, Agroindústria e Pós-Médio Técnico em Cafeicultura na Escola Agrotécnica Federal de Alegre.

Ingressou no programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Agrícola na Universidade Rural do Rio de Janeiro em nível de Mestrado, em 2003.

RESUMO

MANSOR, Paulo Robson. **Egressos da Escola Agrotécnica Federal de Alegre e sua inserção regional**. Seropédica: UFRRJ, 2005, 75 p. (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola).

O objetivo proposto nesta dissertação foi o de identificar e analisar o perfil dos egressos formados na Escola Agrotécnica Federal de Alegre – ES, antes e depois da última reforma da educação, quanto a sua inserção ao mercado de trabalho, e não só quanto à empregabilidade, mas também, quanto às habilidades e competências conferidas aos egressos, no que diz respeito às exigências de mercado, cujo lema anterior à reforma era “aprender a fazer e fazer para aprender”, e pós-reforma “aprender a aprender”. Antes da reforma, a escola oferecia o curso de Técnico em Agropecuária. Depois da reforma foram incluídos os cursos Técnico em Agroindústria e Pós-Médio Técnico em Cafeicultura, Informática e Aqüicultura. Procurou-se organizar o trabalho da seguinte forma: primeiramente constituiu-se no resgate da história da Escola Agrotécnica Federal de Alegre, desde sua fundação até o presente momento, bem como sua inserção na política educacional do país como formadora de mão-de-obra para o setor agropecuário, através dos órgãos e Leis da Educação. O questionamento foi levantado através de dados obtidos nas reuniões, visitas, encontros, entrevistas e aplicações de questionários, pois devido a falta de informações da instituição quanto ao “perfil dos seus egressos”, tornou-se relevante a pesquisa, para a adequação dos cursos ministrados pela mesma e também a criação de outros novos cursos objetivando atender à demanda de mercado, visto ter a instituição poucos instrumentos para levantar e analisar tal questão. Participaram desta pesquisa os alunos da EAFA, que após treinamento, aplicaram os questionários nos trinta e quatro municípios do sul do estado, que constituíram o foco da pesquisa, onde foram selecionados sessenta e oito educandos residentes nestes municípios, havendo a aplicação de 164 questionários. Salientamos também o levantamento da pesquisa realizada no encontro dos ex-alunos da EAFA, no mês de julho de 2003, onde foram aplicados 243 questionários, num total de 407 questionários aplicados nesta pesquisa, constatação esta, junto à análise documental e observação presencial, da realidade do perfil dos egressos deste educandário. No último momento, propomos a este educandário a revisão da carga horária dos cursos ministrados, bem como a adequação das práticas com as teorias, adequação do ano letivo com o ano agrícola, uma maior integração da escola com a comunidade, um maior apoio ao sindicato e classes representativas, desenvolvendo políticas educacionais pela melhoria salarial, reconhecimento e regularização das profissões e finalmente a adequação permanente dos currículos às exigências do mercado.

Palavras chave: Egresso, perfil do egresso, Educação Agrícola.

ABSTRACT

MANSOR, Paulo Robson. **Graduated Students from EFA in Alegre and Their Regional Insertion.** Seropédica:UFRRJ, 2005, 75 p. (Dissertation, Master in Agricultura Professional Education, Science of the Ground).

The proposed survey of this dissertation is to identify, analyse and verify the profile of the graduated students from the Federal Agritecnical School of Alegre- ES, before and after the last educational reform, in relation to their insertion in the job market, and not only the issue of supply and demand of work, but also their habilities and competence as to market demands, whose motto before the reform was “learn how to do and do to learn”, and after the reform “learn how to learn”. Before the reform the school offered the course of Tecnitian in Agriculture and Animal Farming, and after the reform, other courses were included such as Tecnitian in Agroindustry, Computer Science and a Post-Highschool Course in Coffee culture and Fish culture. Up to this moment, the survey has been organized in the following manner: firstly, it tried to rescue the history of the school, since its foundation up to the present, as well as its insertion in the educational policy of the country as a producer of working force to the Agricultural and Animal farming sector, through the agencies and laws of education. The questioning will be analysed through the gathering of data obtained in reunions, visits, meetings, interviews and questionnaire applications, for due to the lack of information in relation to the profile of the graduated student by the institution, it is necessary the survey, for the adaptation of the courses given by it and also the creation of new courses to fulfill the market demand as the institution does not have enough tools to tackle such a question. The participants of this survey will be the students of the EAFA, who after training, will apply the questionnaires in the thirty-four counties in the south of the state, which is the focus of the research, where sixty-eight students who live in these counties were selected. We highlight also the gathering of data accomplished in the meeting of the EAFA ex-students in July in 2003, where 243 questionnaires were applied so that we might have a previous response, a confirmation of the reality of the graduated students of the school.

Key words: graduated students, agriculture, animal farming.

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT

1- INTRODUÇÃO	01
2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	03
2.1- Análise histórico-crítica do ensino profissionalizante no Brasil.....	03
2.2- A importância histórica da EAF de Alegre no ensino profissionalizante.....	11
2.3- Desafios da Escola Agrotécnica Federal de Alegre Frente às novas Competências e Habilidades em um mundo globalizado	16
2.4- Análise da matriz curricular dos cursos técnicos no sistema escola-fazenda e modular	26
2.5- O mercado de trabalho para um mundo globalizado no contexto sócio- econômico capixaba.....	31
3- METODOLOGIA	36
3.1- Referencial teórico da pesquisa em educação.....	36
3.2- Delimitação da área em estudos.....	40
4 – RESULTADO E DISCUSSÃO	42
4.1 Os egressos e sua inserção nos municípios do sul do estado do Espírito Santo.....	42
4.2 Representatividade dos egressos, no sistema Escola-Fazenda e Modular.....	43
4.3 A área de atuação profissional dos egressos.....	44
4.4 Empregabilidade dos egressos nos Sistemas Escola-Fazenda e Modular.....	46
4.5 Razão para atuação fora da área de formação.....	47
4.6 O egresso e as bases educativas no exercício de sua profissão.....	48

4.7	As dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão.....	49
5-	CONCLUSÕES	51
6-	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
7-	ANEXOS	57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-	Articulação entre os níveis de ensino, segundo as leis orgânicas.....	04
Figura 2-	Articulação entre os níveis de ensino, segundo a LDB nº 4.024/6.....	05
Figura 3-	Profissionalização compulsória para o ensino secundário, Lei nº 5.692/71.....	06
Figura 4-	Reestruturação do ensino profissional, LDB nº 9.394/96.....	10
Figura 5-	Trajetória individual profissional do educando na reforma da educação profissional - sistema modular.....	13
Figura 6-	Estrutura do modelo Escola-Fazenda da EAFA.....	13
Figura 7-	Modelo da estrutura da Fazenda da EAFA no modelo Modular.....	15
Figura 8-	Trajetória individual profissional do educando no sistema Modular.....	15
Figura 9-	Prédio principal da Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES.....	17
Figura 10-	Aula, disciplina Mecanização Agrícola, modelo escola-fazenda.....	19
Figura 11-	Plantio da cana de açúcar - módulo Culturas Anuais - sistema modular.....	21
Figura 12-	Módulo Processamento de Carnes, sistema modular de ensino.....	22
Figura 13-	Módulo Gestão, pós-médio em Cafeicultura, sistema modular.....	24

Figura 14-	Aula - módulo Tecnologia da Informação, sistema modular.....	25
Figura 15-	Aula, módulo Piscicultura, sistema modular.....	26
Figura 16-	Questionário respondido no encontro dos ex-alunos.....	39
Figura 17-	Detalhe do ex-aluno preenchendo o questionário no encontro.....	40
Figura 18-	Campo da pesquisa na região sul capixaba.....	41

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01-	Exigência do MEC quanto a carga horária exigida por área.....	30
Tabela 02-	Taxa de crescimento do emprego formal, segundo as atividades agropecuárias do Espírito Santo.....	34
Tabela 03-	Número de empregos gerados no Espírito Santo, setor agropecuário.....	35

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Representatividade dos egressos nos municípios.....	43
Gráfico 2-	Representatividade dos egressos no sistema escola-fazenda e no sistema modular.....	44
Gráfico 3-	Área de atuação dos egressos da EAFA.....	45
Gráfico 4-	Empregabilidade dos egressos.....	46
Gráfico 5-	Razões indicadas pelos egressos para não atuar na área.....	48
Gráfico 6-	Questionamento quanto às bases educativas.....	49
Gráfico 7-	Dificuldades encontradas pelo egresso no exercício da profissão.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAUFES- Centro Agropecuário da Universidade do Espírito Santo
CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica
CETUR – Colégio Técnico da Universidade Rural (UFRRJ)
CGPP – Coordenação Geral de Produção e Pesquisa
COAGRI – Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
CONFEEA – Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia
DEA – Diretoria de Ensino Agrícola
DF – Distrito Federal
DEPE – Departamento de Produção e Pesquisa
DL – Decreto Lei
EAF – Escola Agrotécnica Federal
EAF A – Escola Agrotécnica Federal de Alegre
EMATER – Empresa Agropecuária de Extensão Rural
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LPP – Laboratório de Prática e Produção
ME – Ministério da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAO – Programa Agrícola Orientado
PCTA – Plano de Curso Técnico em Agropecuária
PLANETAGRI – Plano Nacional de Ensino Técnico Agrícola de 2º Grau
PLANFOR- Plano Nacional de Educação Profissional
PROGER- Programa de Geração de Renda
SA – Seção de Agricultura
SEA – Superintendência de Ensino Agrícola.
SEAV – Superintendência de Ensino e Veterinária.
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica.
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SENET – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.

SESG – Secretaria de Ensino de 2º Grau.

SETC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

UEPs – Unidades Educativas de Produção.

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1- INTRODUÇÃO

A educação profissional, em sua relação com o trabalho, sempre esteve relacionada à formação de mão-de-obra para uma classe menos favorecida. Nela, a aprendizagem no curso da história foi focada no desenvolvimento de habilidades manuais, ficando o cognitivo em segundo plano, havendo uma separação de classes.

A burguesia era formada em escolas que preparavam para construir o conhecimento e opiniões e a classe trabalhadora sustentava a burguesia, através da laboralidade do conhecimento, expresso através do trabalho manual, com instrução para os trabalhadores, porém em doses homeopáticas.

Neste contexto foram fundadas as Escolas Agrotécnicas que, primeiramente eram denominadas Escolas de Arte e Ofício, que ofereciam o diploma de Artífice. Estas escolas tinham a finalidade de tirar os meninos da rua, os desvalidos e excluídos da sociedade, funcionando como um reformatório, através da profissionalização e o ensino fundamental, não dando direito ao formando de ingressar em níveis superiores, erro, este, corrigido através da Reforma Gustavo Capanema em 1942, na qual foram elaboradas as “Leis Orgânicas do Ensino”, criando o ensino profissionalizante de nível médio e permitindo, assim, o acesso dos alunos ao nível superior.

A escola profissionalizante, fundamentada principalmente em ideologias capitalistas, moldada no sistema taylorista/fordista, tinha como meta principal formar o jovem para o trabalho, para atender as exigências da indústria, ficando o campo como fornecedor de alimento para estes trabalhadores. O lema da educação rural, fundamentado na Reforma de Ensino de 1º e 2º graus (n.º 5.692/71) era “APRENDER A FAZER E FAZER PARA APRENDER”, segundo o Boletim Informativo da EAFA PLÂNTULA (1994: 14).

O aluno era formado por uma educação tecnicista, estando envolto por um paradigma de formação profissional, sendo preparado para o trabalho e não para o exercício da cidadania, voltada somente para as habilidades técnicas do exercício da função.

Preparado para o trabalho ou para a vida? Uma dicotomia que a nova LDB nº 9394/96 tenta transpor, flexibilizando e universalizando a educação, através do Decreto Lei nº 5.154/04, que regulamenta os artigos de 39 a 41 desta nova LDB, reafirmando a necessidade da formação geral e adequando o profissional às novas realidades de mercado. Ao mesmo tempo em que separa o ensino profissionalizante do ensino médio na formação individual, oportuniza e dinamiza o processo educacional, dando-lhe a oportunidade também da concomitância.

A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96) volta a ter como proposta a formação de um profissional humanista, crítico, empreendedor, visionário, capaz de trabalhar coletivamente, interagir com outras culturas e ser capaz de dimensionar e resolver problemas, cujo lema para os alunos agora é “APRENDER A APRENDER” e para os professores é “ENSINAR A ENSINAR”. Cabe-nos, agora, fazer o seguinte questionamento: *“Os alunos formados nesta nova concepção estão atendendo às expectativas do mercado e ao mesmo tempo exercendo a cidadania como um todo?”*

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar o egresso quanto a sua inserção no sul do estado (empregabilidade) e sua adequação ao mercado de trabalho, quanto a habilidades e competências desenvolvidas na Escola Agrotécnica Federal de Alegre no exercício de sua função profissional.

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre completa 50 anos de sua existência em 2003, trabalha no sentido de buscar novos rumos para a educação profissional, que contribuam para o desenvolvimento agrícola da região do sul do estado, diante dos desafios e dificuldades de detectar, mensurar e avaliar os profissionais por ela formados. Nesta instituição, os egressos enfrentam os desafios da empregabilidade, do desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão.

Há uma preocupação da Instituição, prevista na nova LDB, de investigar como os seus egressos estão atuando e como podem voltar a instituição para reciclagem seus conhecimentos e habilidades. Há também a preocupação da escola com a deficiência nestes levantamentos, daí o trabalho proposto, para que, através da investigação, possam ser identificados os egressos e avaliadas as suas condições profissionais, segundo sua ótica e seus desafios, tendo a escola um papel intermediário na adequação destes egressos ao mercado de trabalho.

O Espírito Santo, principalmente na região sul, é composto de pequenas propriedades, de 10 a 100 hectares, em que a atividade principal é o cultivo de café, gado de leite e corte. A agricultura, em sua maioria, é de sistema familiar, sendo que os filhos destes proprietários, meeiros e trabalhadores rurais são a clientela desta instituição de ensino, embora a escola identifique hoje que a maioria dos seus educandos são oriundos da zona urbana.

A escola tem grande importância na formação de mão-de-obra para o setor agropecuário, pois recebe alunos de toda a região sul, cujas propriedades agrícolas em que estão inseridos possuem um baixo nível tecnológico, tanto na formação de lavouras, quanto no manejo de animais, sendo esta instituição um instrumento de preparo dos cidadãos para que venham trazer o desenvolvimento para o setor.

A instituição levanta as demandas existentes, reconhece as necessidades, integra as comunidades agrícolas ao processo educacional regular e profissional, oportuniza e prepara a comunidade para fazer parte do processo de mudança de suas próprias vidas.

Os trabalhos realizados por esta pesquisa, a partir das propostas e instrumentos previstos, para se chegar ao objetivo proposto, tiveram sua divisão em três momentos.

No primeiro momento, a fundamentação se deu através de recolhimento, catalogação, interpretação e organização de documentos ligados à história da educação profissional agrícola e deste educandário, dando um foco ao perfil histórico e vigente dos egressos, analisando os currículos formadores desta mão-de-obra.

No segundo momento, foram realizadas reuniões e treinamentos junto aos alunos estagiários para aplicação de questionários, bem como a observação pessoal, estágio em empresas empregadoras da mão-de-obra e contatos com os ex-alunos.

No terceiro momento, procurou-se tabular, analisar e interpretar os resultados da pesquisa junto à análise documental realizada anteriormente.

Assim, a intenção deste trabalho é de ser um instrumento gerador de reflexões para a instituição, no sentido da tomada de novos caminhos educacionais para o ensino técnico profissionalizante, não esgotando o assunto dentro da problemática, não sendo uma proposta acabada e, sim, uma pesquisa que esteja inserida no processo de estudos e discussão, para refletir sobre o perfil dos profissionais técnicos de nível médio do setor agropecuário.

2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1-Análise histórico-crítica do ensino profissionalizante no Brasil

Na primeira república, o ensino profissionalizante caracterizou-se por uma concepção assistencialista e católico-humanista, tendo uma visão de formação para o mercado de trabalho, principalmente o fabril, em um regime capitalista. O trabalho passa a ser organizado em categorias, cada vez mais, assalariado, para contrapor as idéias anarco-sindicalista de educação integral para todos.

Nos diversos níveis da sociedade, o ensino profissionalizante passa a formar mão de obra especializada, primeiramente para a indústria, depois, para a agricultura, saindo das formas artesanais e passando a uma organização mais científica. Romanelli evidencia esta dualidade.

A dualidade do sistema educacional brasileiro, se, de um lado, representava a dualidade da própria sociedade escravocrata, de onde acabara de sair a república, de outro, representava ainda, no fundo, a continuação dos antagonismos em torno da centralização e descentralização do poder. (Romanelli, 2003:42)

No período do Estado Novo, de 1935 a 1942, evidenciamos a separação do trabalho manual do intelectual, sendo o ensino estruturado para esta concepção trabalhística. O Estado passa a ser o centro dinamizador dessa nova visão. Politicamente, governava para os interesses dos grupos empresariais capitalistas, imperando a verdadeira ditadura junto à classe trabalhadora e suas representações sindicais, refletindo na educação profissional, sendo a mão de obra formada para o processo de industrialização e o meio rural vivendo as margens deste processo, refletindo na educação profissional agrícola. As escolas eram utilizadas como reformatórios e para pessoas desvalidas.

Ainda neste período, através da Reforma de Capanema, a partir de 1942, o ensino secundário passa a ser preparatório e propedêutico ao ensino superior, separando-se do ensino profissionalizante.

O ensino primário possuía quatro ou cinco anos de duração (Decreto Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946).

O ensino médio (2º ciclo) compreendia cinco ramos, o secundário, onde se chegava ao ensino superior (Decreto Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942), e o ensino médio (1º ciclo), Figura 01, era também dividido em cinco ramos voltados para a formação de mão-de-obra para o trabalho, o ensino agrícola (Decreto Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946), o ensino industrial (Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), o ensino comercial (Decreto Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943), o ensino normal (Decreto Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946) que era voltado para a formação de professores de ensino primário e o agrícola (Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946).

Os egressos dos cursos profissionalizantes só poderiam candidatar-se ao ensino superior em suas áreas específicas de formação. Salientamos, neste período, uma corrente que contrapôs a esta dualidade filosófica e estrutural, destacando o ideólogo

intelectual Anísio Teixeira, que defendia uma escola unificada, que não separasse o trabalho manual do intelectual.

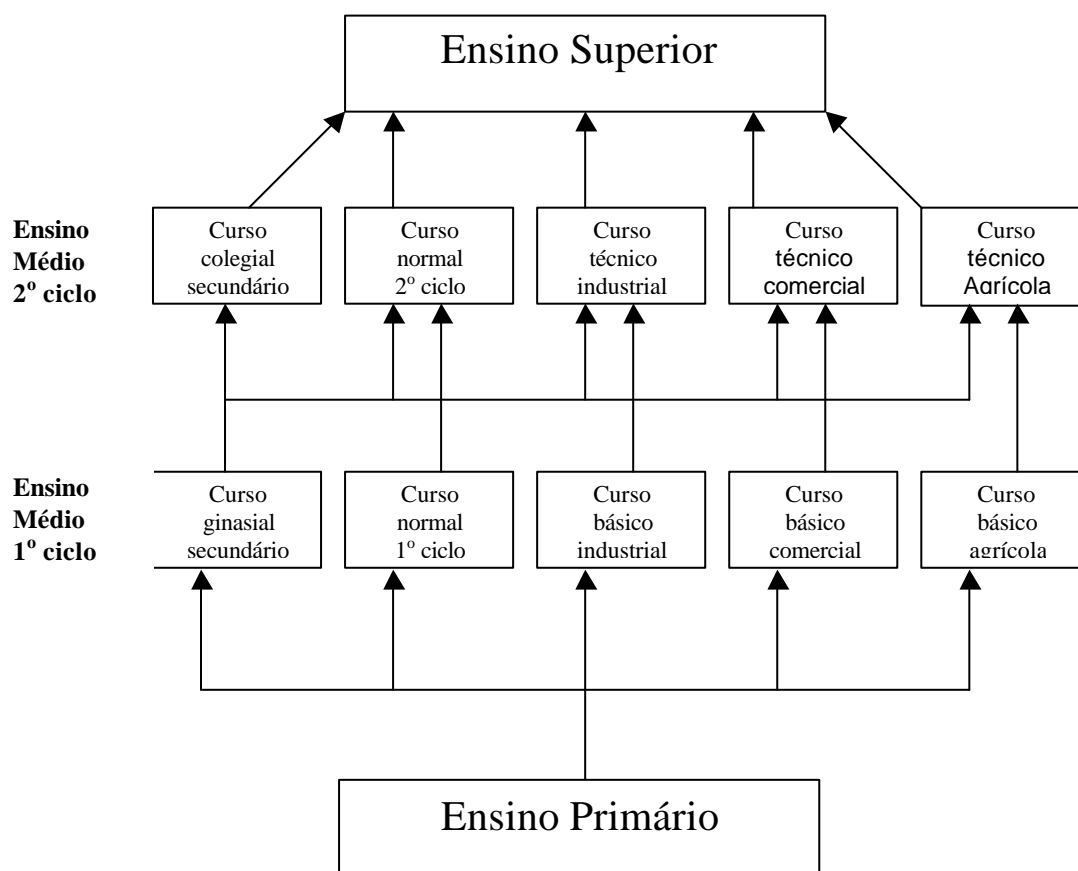


Figura 1– Articulação entre os níveis de ensino, segundo as leis orgânicas, (Cunha 2000:39)

Romanelli (2003) destaca o que representou o Estado Novo para a educação nacional.

É difícil chegar-se a um consenso sobre o que representou o Estado Novo para a vida nacional. Os estudiosos no assunto divergem amplamente quanto à forma pela qual passou a agir o Governo e quanto aos resultados desta ação. Para uns, ele foi o golpe de morte nos interesses latifundiários e o favorecimento dos interesses da burguesia industrial. Para outros, ele favoreceu as camadas populares, com amplo programa de Previdência Social e Sindicalismo. (2003:51).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61, demonstrou pequenas aberturas entre os níveis de ensino, porém manteve a dualidade, de um lado, um ensino generalista, de uma amplitude cada vez maior de conhecimentos voltada para uma minoria, de outro, uma educação profissional, voltada para a formação de mão-de-obra, no qual os alunos recebiam informações específicas, apenas para o domínio do ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico, não lhes dando condições para seguir seus estudos em níveis superiores.

Com a promulgação da Lei nº 4024/61, houve uma maior flexibilização quanto à passagem dos níveis de ensino, permitindo aos alunos do ensino profissionalizante candidatar-se a qualquer área do ensino superior, como vinha acontecendo com o secundário, embora persistindo a dualidade estrutural como antes.

Segundo Cunha (2000), a passagem de um nível para outro se apresentava da seguinte maneira: do ensino primário poderia se matricular no Ensino Médio 1º ciclo, que era dividido em Ensino Ginásial e Aprendizagens Profissionais.

Só quem concluía o Ensino Ginásial poderia se ingressar no Ensino Médio 2º ciclo, que era dividido em Curso Colegial Secundário, Curso Normal, Curso Técnico Industrial, Curso Técnico Comercial e Curso Técnico Agrícola.

Qualquer concluinte do Ensino Médio 2º ciclo poderia se ingressar no Ensino Superior.

A figura 2 demonstra esta estrutura, evidenciando a trajetória individual para se ingressar nos cursos superiores:

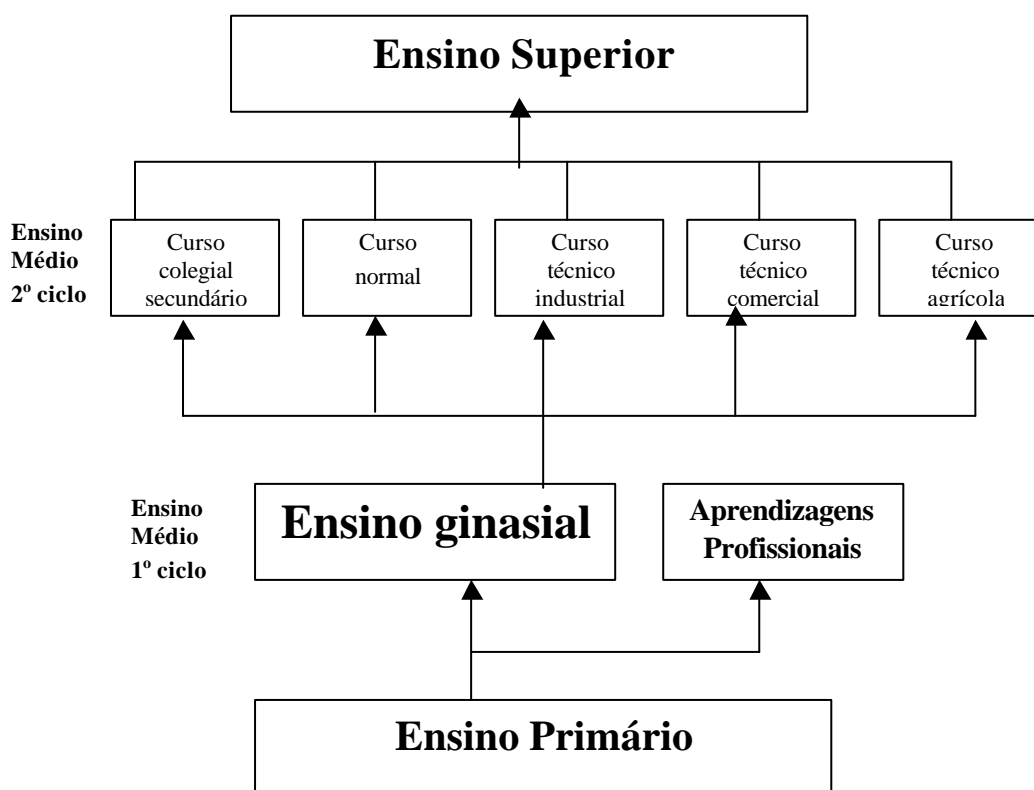


Figura 2 – Articulação entre os níveis de ensino, segundo a LDB nº 4024/61 (Cunha, 2000)

Com a possibilidade dos cursos técnicos permitirem o acesso ao ensino superior, na década de 60, foram fundadas várias escolas agrotécnicas no país de âmbito federal, como a EAF de Alegre, e as estaduais, como as escolas fundadas no estado de São Paulo.

Não há como negar que a aprovação da LDBEN frustrou as expectativas dos setores mais progressistas. Conhecida como Lei nº 4.024/61, ela garantiu a igualdade de tratamento por parte do poder público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que representou o asseguramento de que as verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carregadas para rede particular de ensino em todos os graus. A lei, que ficou treze anos no congresso, e que inicialmente destinava-se a um país pouco urbanizado, sendo aprovada para um Brasil industrializado e com necessidades educacionais que o parlamento não soube perceber. (Ghiraldelli, 2003: 117)

Promulgação da Lei nº 5692/71

Esta lei institucionalizou a universalização do ensino, equiparando o ensino profissionalizante com o secundário, transformando o 2º grau em ensino profissionalizante e também humanístico, procurando preparar o aluno para a vida sem tirar de foco o trabalho, notificando que a política do país era de participar da economia mundial. Segundo Manfredi (2002:106), a articulação entre os níveis de ensino se apresentava da seguinte maneira (Figura 3):

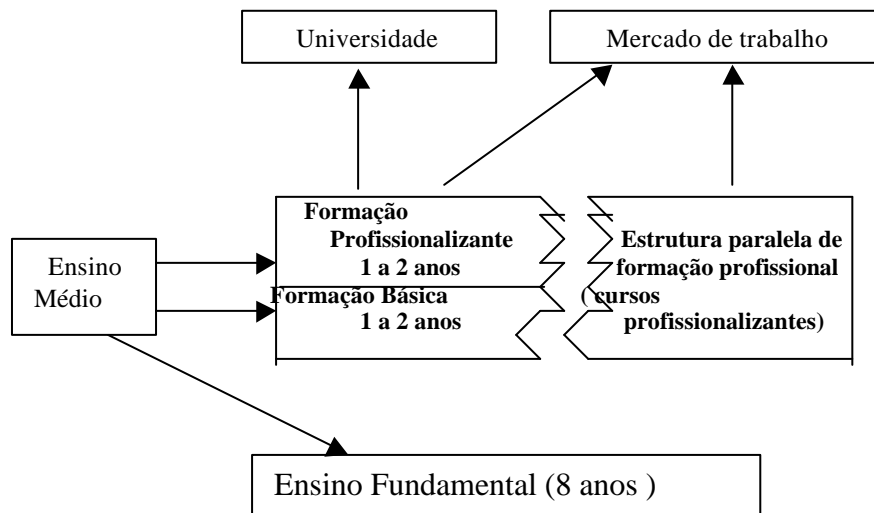


Figura 3-Profissionalização compulsória para o ensino secundário, Lei 5692/71(Manfredi, 2002: 106)

A falta de estrutura, professores capacitados e recursos financeiros para investimentos na educação, fez com que muitas escolas, principalmente as estaduais, tivessem cursos apenas no papel ou muitas das vezes funcionando precariamente. Esta falta de objetividade fez com que esta Lei fracassasse quanto a articulação da educação geral e a formação profissionalizante, ressaltando apenas o sucesso de alguns cursos secundaristas de formação de professores e as escolas técnicas e agrotécnicas federais, que com a criação da Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI), se expandiram pelo país, adotando a filosofia do sistema “Escola-Fazenda”.

Em 1982, através da Lei 7.044/82 e dos Pareceres 45/72 e 76/75, volta-se a fazer a distinção entre ensino de formação básica e o ensino profissionalizante, através de habilitações específicas e plenas, fundamentadas nos respectivos pareceres, retornando a

velha dualidade, agora sem questionamentos, o que contribuiu para aumentar a precariedade e desestruturação do ensino de 2º grau técnico.

...no entanto, deixou como legado sua contribuição para tornar ainda mais ambíguo e precário o ensino médio e para a desestruturação do ensino técnico oferecidos pelas redes estaduais, desestruturação da qual só escaparam as escolas técnicas federais, provavelmente em razão da relativa autonomia em que contavam, desde 1959. (Morais, 1999 citado por Manfredi, 2002:107).

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, a partir dos anos 90, iniciou-se os grandes debates no país para a reestruturação do ensino médio profissionalizante, para enfrentar os problemas de déficit de escolarização e atender a demanda de construção de um modelo voltado para a produção, agora em uma perspectiva neoliberalista. De um lado, havia a resistência do sistema conservador dualista estrutural, excludente e muitas das vezes não voltado para as necessidades do mercado e distribuição de renda. De outro lado, os debates de adequação do ensino ao mundo agora globalizado, frente à crise econômica, social e política, em âmbito nacional e mundial.

São atores desta discussão o governo, a igreja, empresários, trabalhadores, as organizações sociais e os educadores, culminando na Reforma de Ensino em 1996. Sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, esta reforma de ensino esteve entre três correntes político-ideológicas disputadas pelos agentes acima citados.

No governo, o Ministério do Trabalho reuniu as entidades patronais, trabalhadores e organizações educacionais ligadas a jovens e adultos, onde elaboraram o documento “Questões Críticas da Educação Brasileira” (Brasil, MTb, 1995), plano desenvolvido para trabalhadores da área formal e desempregados, visando à qualificação e à requalificação dos trabalhadores, jovens e adultos.

Manfredi (2002) destaca estes programas de requalificação.

...integração dos programas de qualificação e requalificação ao PROGER (Programa de Geração de Trabalho e Renda), ao seguro desemprego e à intermediação de mão-de-obra; a focalização do PLANFOR (Plano Nacional de Educação Profissional) nos grupos em situação de risco de perda de emprego nos segmentos desempregados da força de trabalho; e criação de uma bolsa de qualificação a ser percebida pelo trabalhador por ocasião da suspensão temporária do contrato de trabalho”. (2002:107)

Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, o MEC, tomando o exemplo de países do primeiro mundo, através da SENETE (Secretaria Nacional do Ensino Técnico), visando colocar o Brasil em um novo patamar de desenvolvimento, verificou a necessidade de se fazer investimentos na formação de mão-de-obra especializada para a tecnologia de ponta.

Idealizou-se a criação de um sistema nacional de tecnologia que englobaria as escolas técnicas e agrotécnicas federais, escolas estaduais e municipais, instituições particulares da rede SENAI e SENAC, ofertando cursos nas seguintes modalidades:

- Qualificação de adolescentes e adultos que após terminarem o primário queiram uma formação específica, independente da formação escola;
- Educação prática de primeiro grau para iniciação do trabalho. Formação técnica de nível médio em escolas técnicas e agrotécnicas, criando os CEFETS (Centros Federais de Educação Tecnológica);
- Formação técnica de nível superior destinado a formação de tecnólogos;
- Formação profissional superior plena e geral. Com a posse do Ministro Paulo Renato em 1996 criou-se a SEMTEC, que elaborou os projetos do ensino médio e tecnológico, através do Projeto de Lei nº 1.603/96, e depois o Decreto Lei nº 2.208/97.

Kuenzer (1997) faz uma observação, que explica esta nova política governamental

Nesta linha de raciocínio, as políticas do atual governo, com vistas a implementar uma nova ordem nas estruturas de produção e consumos de bens e serviços, repousaria numa forte base de sustentação a ser construída por uma sólida educação geral tecnológica, voltada para a preparação de profissionais capazes de absorver e gerar tecnologia. (1997: 40).

A sociedade civil, através de organizações populares e sindicais, propôs a criação de uma escola básica, pública e unitária, para todos, construindo um sistema de educação nacional integrador entre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura. A nova escola será de cultura geral, única para todos, de conhecimentos básicos comuns nos níveis elementar e médio e só após estes níveis passará à formação profissional especializada; será uma escola voltada para a vida social e produtiva.

Os empresários, por meio do documento Custo Brasil, enfatizaram a necessidade de uma escola fundamental básica para todos, evidenciando a valorização do ensino profissionalizante, fortalecendo o treinamento e qualificação técnico-científica.

Kuenzer (1997) destaca o perfil profissional nesta formação:

...formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que somem à sua capacidade instrumental as capacidades de pensar, de estudar, de criar, de dirigir ou estabelecer controles sociais sobre os dirigentes. (1997:38-39).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 em sua forma oficial, para o ensino técnico de nível médio, passou a determinar as seguintes finalidades, segundo Manfredi, 2002:129: “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo que seja capaz de adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou a aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

O Decreto Lei nº 2.208/97 regulamentou os objetivos da educação profissional em seus artigos 39 a 42, no Capítulo III, do Título V, segundo a seguinte escrita:

- a) Formar técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior para os diferentes setores da economia;
- b) Especializar e aperfeiçoar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- c) Qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. A educação profissional passou a ser continuada e dividida em três níveis, o básico, o técnico e o tecnológico (artigo 2º).

O nível básico não depende de escolaridade e é conferido aos concluintes o certificado de “qualificação profissional”, podendo os cursos serem ministrados nos múltiplos espaços sociais, empresas, sindicatos, escolas, etc (artigo 4º).

O nível técnico profissional exige que o aluno esteja matriculado no ensino médio ou que já o tenha concluído, possui uma estrutura de organização curricular própria e independente do ensino médio, sendo oferecido de forma concomitante ou seqüencial. A certificação passou ser dada a quem concluiu o ensino médio (artigo 5º).

O nível tecnológico corresponde aos cursos de nível superior na área de tecnologia, destinados aos egressos do nível médio e / ou técnico.

Com a promulgação deste decreto, o currículo do ensino técnico passou por drásticas modificações, as disciplinas foram agrupadas por áreas da economia e ministradas de forma “modular”, podendo o módulo ser ministrado em mais de uma habilitação e podendo ser cursado em instituições diferentes.

O MEC estabeleceu as diretrizes curriculares nacionais (carga horária, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas por habilitação profissional).

Através da observação presencial, e por participar destas mudanças em nosso educandário, verificamos nos alunos avanços na área cognitiva, melhoria na aprendizagem e melhor seqüência na ministração dos conteúdos, porém, verificamos, também, uma perda significativa nas práticas de ensino, o que não ocorria no sistema “escola fazenda”.

A desestruturação desse sistema tornou o aluno menos presente na execução dos projetos agropecuários orientados no sistema “modular”.

Kuenzer e Ferreti (1999) apontam esta dualidade estrutural proporcionada pelo decreto 2.208/97, criticando a separação entre o ensino básico e o profissionalizante, segundo as indagações e questionamentos a seguir:

...1. repõe a dualidade estrutural, não reconhecendo a educação básica como fundamental para a formação científico-tecnológica sólida dos trabalhadores, demandada pela nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas, contrariando uma tendência que é mundialmente aceita e defendida por empresários, trabalhadores e governos. 2. supõe ruptura entre o acadêmico, desvalorizando por não ser prático, e o tecnológico, não reconhecendo o caráter transdisciplinar da ciência contemporânea, reforçando a idéia de duas redes, para acadêmicos e para trabalhadores, ao melhor estilo taylorista, que separa dirigentes de especialistas, concepção que hoje é questionada até pela organização capitalista da produção. (Kuenzer e Ferretti 1999:121-139)

Cerqueira (2003) em sua pesquisa com os egressos do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) descreve sobre esta dualidade que perdura na LDB nº 9.394/96.

Com a promulgação da 2ª LDB (nº 9394/96), dissemina-se a concepção de que o novo ensino médio atende aos princípios da escola unitária, porém o próprio parecer nº 15/98, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares, acaba admitindo, com honestidade, a permanência dessa dualidade (Cerqueira 2003:44)

O Banco Mundial, em sua política educacional recomendada para países em desenvolvimento, como o Brasil, promove um maior investimento no ensino fundamental, deixando de investir em educação profissional especializada, alegando o alto custo desta educação, sua formação profissional cara e prolongada, e a extinção de postos de trabalho frente à globalização da economia e a novas idéias neoliberalistas.

Enfatiza o ensino fundamental como um retorno econômico mais rápido para o país e propõe a criação de cursos profissionalizantes de curta duração e de menor custo, que ofereçam conhecimentos mínimos para o cidadão participar da vida social e produtiva, descomprometendo o Estado de oferecer esta educação, passando-o para o setor privado.

Ferretti (1999:133), contrapõe-se a esta imposição, afirmando que esta política é restritiva e excludente.

Manfredi (2002) demonstra, através da figura 4, a ruptura na inter-relação do ensino médio e profissionalizante no contexto de formação geral do aluno, demonstrando a segmentação do ensino, prejudicando a formação do indivíduo como um todo.

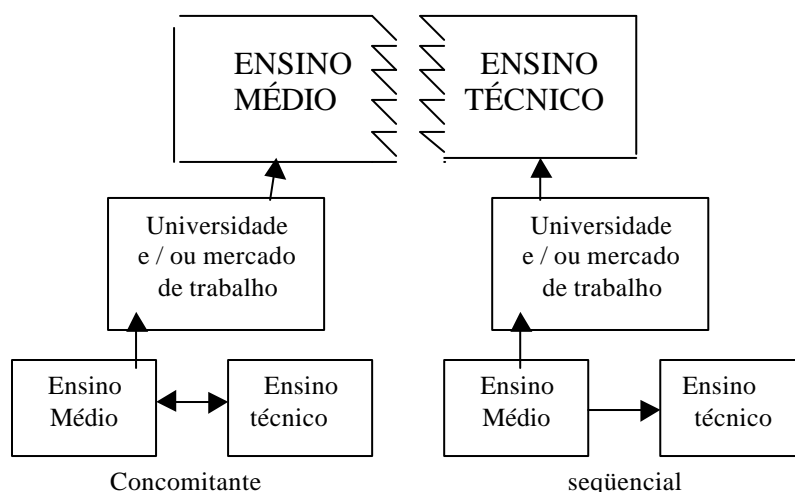


Figura 4-Reestruturação do ensino profissional, de acordo com a LDB 9.394/96 e o Decreto Lei 2.208/97. (Manfredi, 2002:132)

Manfredi (2002:133) enfatiza que “como se pode notar, a reforma da Educação profissional, regulamentada pelo Decreto 2.208/97, pela Medida Provisória 1549/97 e

pela Portaria 646/97, legítima entre os vários aspectos da educação que vinham sendo discutidos na sociedade Civil desde os debates sobre a LDB.

As medidas legais acima estabelecem uma separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas e contrapondo-se à perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria após a conclusão de uma escola “básica unitária”.

2.2- A importância histórica da Escola Agrotécnica Federal de Alegre no ensino Profissionalizante

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre (EAFA) foi fundada em 07 de maio de 1953, quando foi firmado um acordo e convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Governo Federal para a construção de uma escola agrícola de âmbito federal, baseada nas Leis Federais n.º 9.613/46 e n.º 22.470/47, estando o educandário vinculado ao Ministério da Agricultura, funcionando em regime de internato. Para a construção da Escola, o Governo Estadual adquiriu a fazenda Caixa D' Água, localizada no município de Alegre, no distrito de Rive, na rodovia Cachoeiro Alegre, Km 52, com 333,96 ha, sendo estas terras doadas futuramente, em 17 de dezembro de 1974, conforme a Lei Estadual n.º 2949, para o Governo Federal.

A escola iniciou o seu funcionamento como Centro de Treinamento Agrícola e só em 1962 passou a funcionar como Escola Agrícola. Em 04 de setembro de 1972, através do Decreto Lei n.º 83.935, passou a ser denominada de “Escola Agrotécnica Federal de Alegre”.

Atualmente a escola tem em sua história 2.898 formandos no curso Técnico em Agropecuária, 42 em Agroindústria (cursos técnicos de nível médio), 25 em Aqüicultura, 57 em Cafeicultura e 54 em Informática, (cursos técnicos de nível de Pós-Médio).

O ensino profissionalizante agropecuário teve sua criação no Ministério da Agricultura, no qual, em 1938, pelo Decreto Lei n.º 982, de 23 de dezembro, foi criada a Superintendência de Ensino Agrícola (SEA) que, em 1940, passou a ser denominada SEAV (Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário).

O ensino Agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola e pelo Decreto Lei n.º 9613/46, sendo instituídas as Escolas Agrotécnicas, com a criação das quatro séries do primeiro ciclo e as três séries do segundo ciclo, atribuindo aos concluintes o diploma de “Técnico agrícola”. Com a LDB n.º 4024/61, as escolas Agrotécnicas passaram a ser denominadas Colégios Agrícolas, ministrando apenas as três séries do segundo ciclo colegial.

Em 1967, pelo Decreto Lei n.º 60.731, de 19 de maio, o SEAV foi transferido do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola (DEA), sendo neste período implantada a metodologia do Sistema “Escola-Fazenda”.

Com o advento da Lei 5692/71, foi publicado o Plano Nacional de Ensino Agrícola, pelo DEA e posteriormente o Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola, que serviu de base para a melhoria da Rede Federal de Ensino, desencadeando um novo plano denominado de PLANETAGRI (Plano Nacional do Ensino Técnico Agrícola de 2º Grau), passando as Escolas Agrotécnicas neste período por privações financeiras, desprestígio e falta de apoio, só havendo melhora com a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), pelo Decreto Lei n.º 72.434/73, órgão, este, específico para administrá-las com autonomia administrativa e financeira. Em 1975,

este órgão, embora não mudando sua sigla, passa a ser denominado de “Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário” (COAGRI).

A COAGRI foi extinta em 1986 e foi criada em seu lugar a Secretaria de Ensino de 2º Grau (SESG), que foi substituída, em 10 de maio de 1990, por Decreto Presidencial, pela Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENET). Em 1992, foi realizada uma nova mudança de nomenclatura, passando a ser denominada de (Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), hoje, SETEC.

2.2.1- A EAFA no Sistema Escola-Fazenda

O sistema escola fazenda neste educandário foi iniciado com as seguintes estruturas: salas de aulas, laboratórios de prática e produção (LPP), programa agrícola orientado (PAO), sistema de internato, uma cooperativa escolar e uma unidade de agroindústria.

A fazenda era considerada como sendo o campo de laboratório, onde eram ministrados as práticas das aulas no âmbito agrícola e pecuário e desenvolvidos projetos de produção orientados, com a participação de funcionários, professores e alunos, estes últimos, obtendo até com ganhos financeiros.

Em 1978, o laboratório de prática e produção (fazenda) e o programa agrícola orientado fundiram-se, passando a constituir as Unidades Educativas de Produção (UEPs), havendo perdas para os alunos quanto à remuneração nos projetos orientados.

As UEPs foram estruturadas da seguinte forma: Cooperativa Escola, Mecanização Agrícola, Agroindústria, Agricultura I (plantas olerícolas), Agricultura II (culturas anuais), Agricultura III (cultura perene), Zootecnia I (pequenos animais), Zootecnia II (animais de médio porte), Zootecnia III (animais de grande porte).

Segundo a publicação do MEC Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES (1992:31) “As UEPs funcionam como laboratórios de ensino das partes diversificadas do currículo”.

A formação profissional também era reforçada por uma monitoria e estágios supervisionados, dentro e fora da escola, fazendo parcerias com empresas particulares, prefeituras, entidades de pesquisas e extensão, sendo que a formação era resultado das matérias do núcleo comum concomitante com o profissional; as salas ambientes onde eram ministradas as matérias técnicas foram construídas no próprio campo, perto das culturas implantadas, o que facilitava a integração entre a teoria e a prática. O boletim informativo da EAFA PLÂNTULA (1991.p.21) registra que “o campo é o laboratório por excelência, onde se concretiza o processo ensino-aprendizagem”.

Nos finais de semana e férias, havia rodízios de turmas para manutenção dos projetos orientados. O aluno era contado como mão-de-obra nos projetos de produção e educacionais.

A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) justificava esta estrutura e modelo de ensino, afirmando que a educação e o trabalho são indissociáveis e sua incorporação a pedagogia, que ora se desenvolviam nas escolas, eram de grande importância, principalmente na superação da dicotomia teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, entre os que planejam e os que executam.

Na Figura 5 observaremos a trajetória individual no modelo Escola-Fazenda:

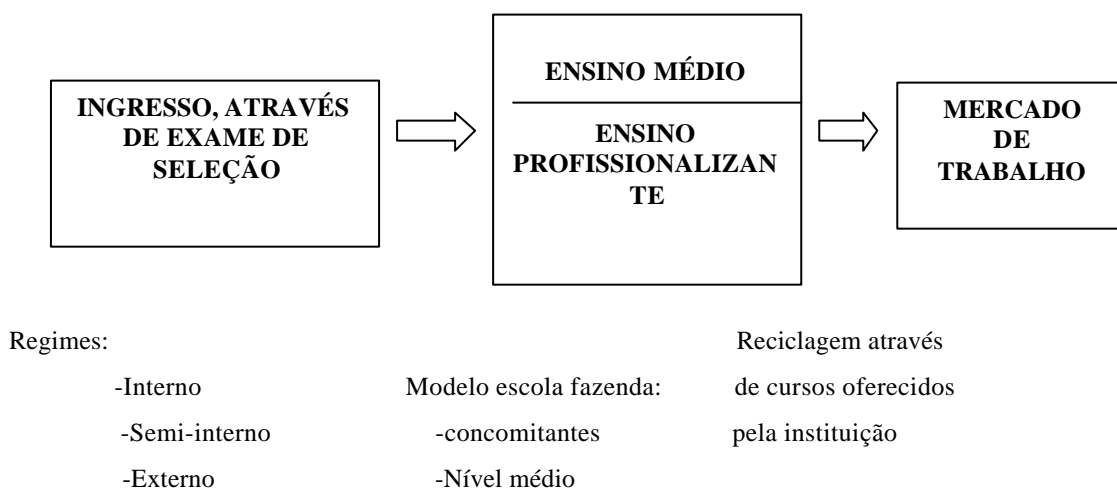


Figura 5- Trajetória individual profissional do educando no Sistema Escola Fazenda

Na figura 6 temos representação estrutural e hierárquica no Sistema Escola-Fazenda do funcionamento das atividades de campo, nas disciplinas, projetos de produção e os considerados educativos, bem com as unidades de apoio.

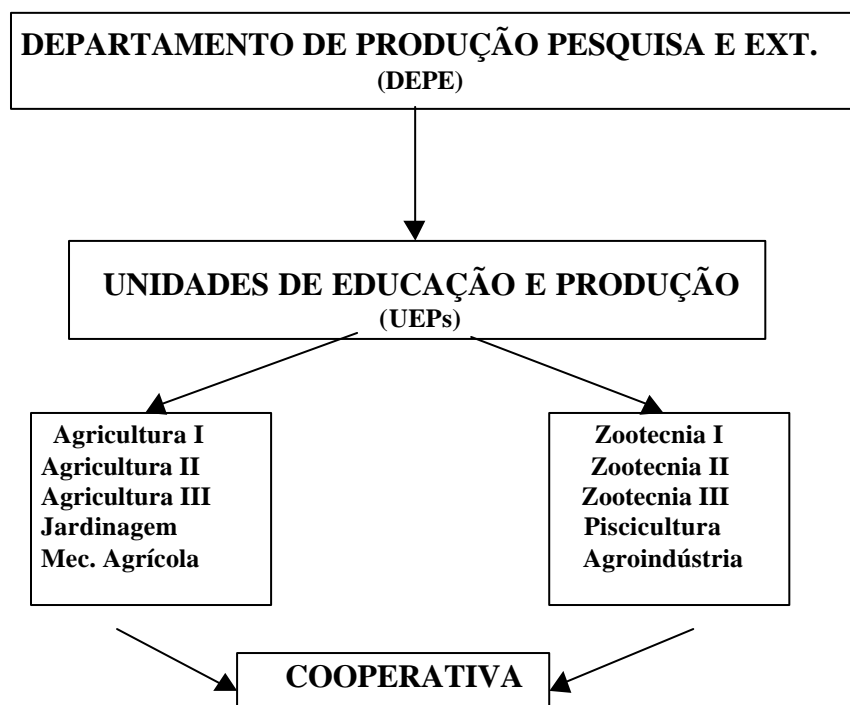


Figura 6- Estrutura do modelo Escola-Fazenda da EAFA,(MEC/SENET,1992:23-24)

2.2.2- A EAFA no contexto da Reforma Educacional

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96, houve a desestruturação do sistema Escola-Fazenda, extinguíram-se as UEPs, as disciplinas deram lugar aos módulos, passando a ministração dos mesmos a ser semestral e não anual, cujo o lema agora é “aprender a aprender”, que geraram avanços quanto as bases tecnológicas e melhoraram a parte cognitiva, porém, observamos que as práticas educacionais foram prejudicadas pela adequação à novas competências.

Houve um avanço quanto à ampliação e diversificação do conhecimento, porém, o ano agrícola passou a não coincidir com o período dos módulos ministrados, observando também a diminuição da carga horária de algumas disciplinas, transformadas em módulos, devido a inserção de outros .

Com a extinção da antiga COAGRI, observou-se uma desarticulação entre o Ministério da Educação, agora representado pela SEMTEC, e a escola, e se não bastasse isso, essa secretaria perdeu parte de sua autonomia administrativa e financeira, que foi passada gradativamente para as escolas vinculadas à rede.

Também presenciamos um distanciamento nas relações pedagógicas entre as escolas agrotécnicas, pois cada uma passou a traçar sua trajetória na formação de cursos profissionalizantes.

A reforma trouxe também como meta a universalização da educação, na qual verificou-se que cada aluno tinha um custo de oito mil reais por ano para a instituição e que se deveria reduzir esse custo para dois mil reais por aluno, aumentando as matrículas, abrindo novos cursos, propiciando menor tempo de formação, com as mesma verbas cedidas pela Secretaria.

A nova estrutura tenta proporcionar um o maior comprometimento com a estrutura e qualidade do ensino, entretanto é questionada pela redução drástica da mesma, vindo na contra mão um maior número de alunos com a criação de novos cursos profissionalizantes que cada vez mais necessitarão de suporte técnico para formação.

Esta estrutura, entretanto, extinguiu as Unidades Educativas de Produção (UEPs), que agora ficaram a cargo de uma só seção, a seção de agricultura (SA). Houve o rebaixamento do Departamento de Produção e Pesquisa (DEPE) à Coordenação Geral de Produção e Pesquisa (CGPP), diminuindo as funções de orientação aos projetos educativos e de produção, reduzindo a estrutura em prol da modernização e contenção de gastos.

A certificação oferecida nesta nova estrutura vai desde a certificação de “Qualificação” (conclusão de parte do curso) até a “Diplomação de Habilitação” (conclusão de todo o curso), podendo os cursos serem concomitantes com o ensino médio ou não, dando condições para quem já tiver terminado, fazer apenas o profissionalizante.

A concomitância ou não surgiu como novidade neste novo sistema, flexibilizando a entrada de novos alunos na escola, que já estavam cursando o ensino médio em outra instituição, onde poderia continuar sua trajetória quanto ao núcleo comum e ingressar no profissionalizante, sem perder os estudos já concluídos.

A figura 7 mostra o funcionamento da nova estrutura formada a partir do modelo Modular representado a seguir:

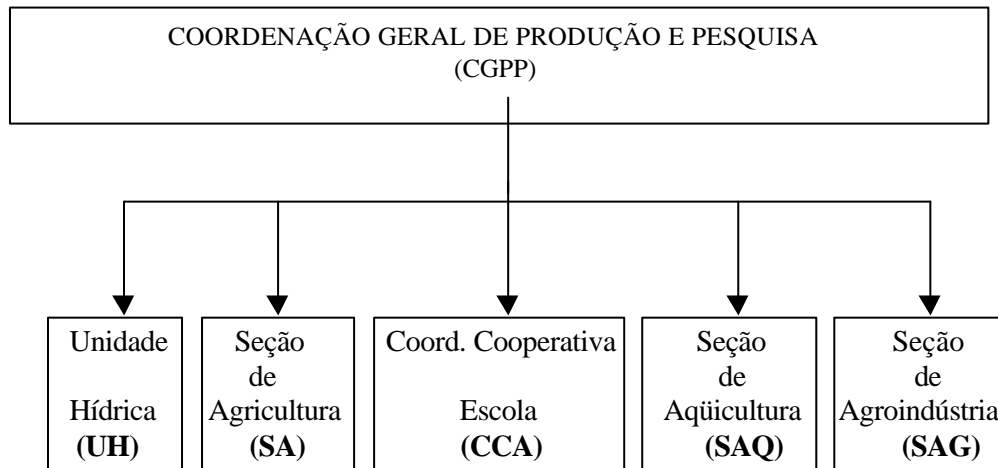


Figura 7- Modelo da estrutura da fazenda no Sistema Modular

A figura 8 apresenta a nova trajetória individual de formação no Sistema Modular do ensino profissionalizante, sendo mais dinâmica, pois permite a flexibilização da formação profissional.

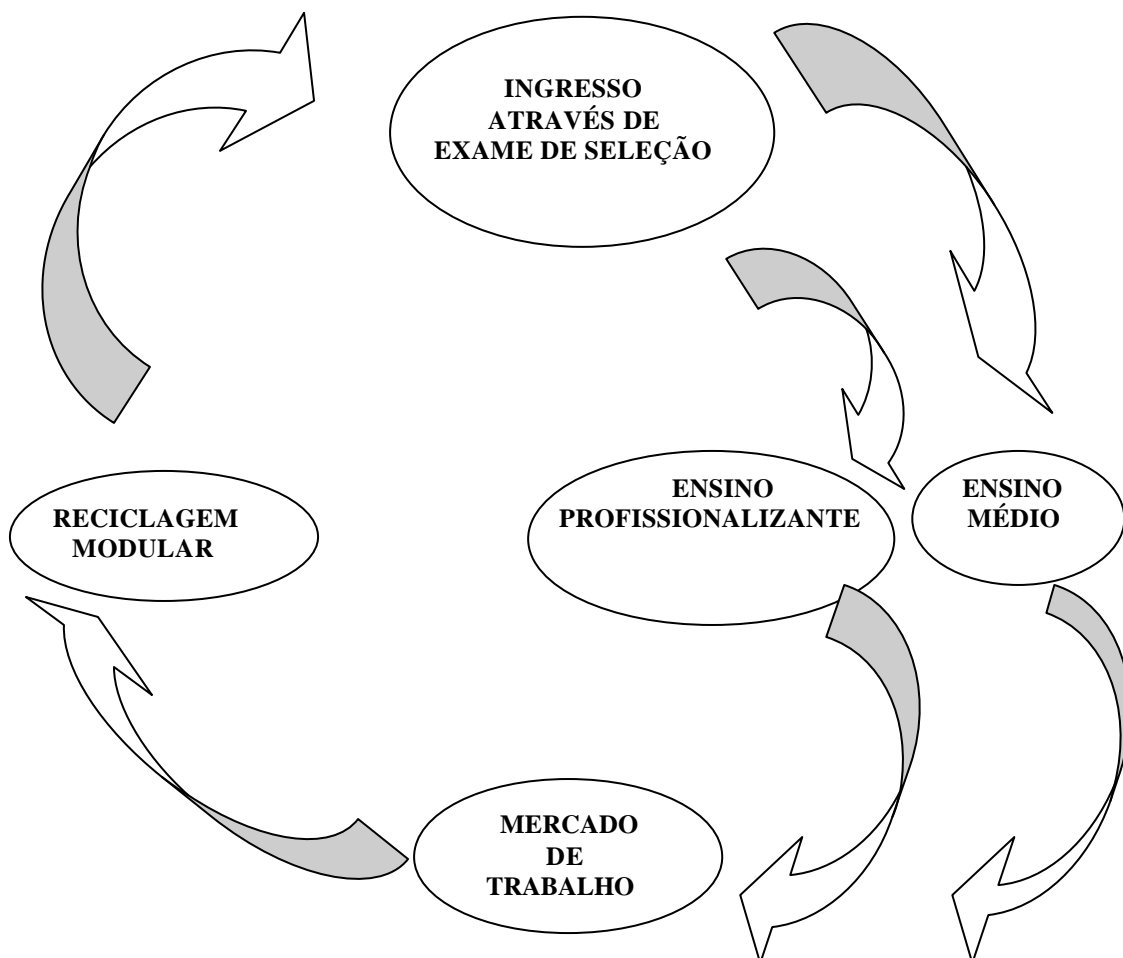


Figura 8- Trajetória individual profissional do educando no sistema modular

2.3-Desafios da Escola Agrotécnica Federal de Alegre frente às novas competências e habilidades em um mercado globalizado.

A formação curricular nos tempos modernos exige uma interação múltipla do conhecimento, que nunca é acabado, estando sempre sujeito a transformações em um mundo globalizado, bombardeado de novas descobertas consumistas, exigente de novos produtos, cada vez mais descartados, onde o novo torna-se obsoleto em curto espaço de tempo.

A aprendizagem, que por muito tempo, optou pelo que era “certo”, previsível, priorizando a memorização e repetição para se chegar ao conhecimento, sendo tudo formatado e pré-estabelecido e a inteligência medida pela quantidade de conhecimento recebido e inquestionável, a chamada “modernidade sólida”, vai dando lugar a uma nova concepção de aprendizagem, que não deve vir pronta, mas construída durante o processo de ensino-aprendizagem, não devendo ser mais manipulada e sim estimulada, investigativa, aberta e não engessada, contextualizada com a realidade da vida, segundo Baumann (2002) a “modernidade líquida”.

A aprendizagem nos tempos pós-modernos permite a busca de novos paradigmas, tendo uma visão de que o novo não é ruim, que embora desestruturando o conhecido, leva a novos horizontes, apontando outros conhecimentos nunca antes experimentados, levando-nos a entender que o conhecimento é durável até que se descubra um outro, e isto leva ao desenvolvimento em todas as áreas: educacional, social, política e econômica.

Hoje, estamos vivendo um paradoxo, no qual a aprendizagem é construída para um mundo “durável”, contrapondo uma realidade que está em constante mudança. Para que não seja obsoleta, deve estar aberta a estas transformações, que permitirá a construção de novos conhecimentos.

A visão da modernidade sólida, o modo humano de estar no mundo é o processo de aprendizagem. Disparada com o impulso do organismo, para satisfazer suas necessidades. Esta consiste em reinventar a regularidade do mundo pela rotina behaviorista do organismo em aprendizagem. Mediante à transformação, o organismo se adapta ao mundo e adquire a habilidade de perseguir seus objetivos com sucesso. Para viver, o organismo tem que se submeter as suas regras.

Entretanto na modernidade líquida, a palavra chave é “flexibilidade”. Com as mudanças rápidas do mundo moderno, as regras mudam também com rapidez, o treinamento e a rotina caem rapidamente, onde a habilidade de abandonar os hábitos presentes torna-se mais importante do que adquirir novos hábitos, valorizando o “interagir” e a “comunicação”.

A educação, dentro do contexto da modernidade sólida, é como um produto que adquirimos em uma prateleira, já pronto e acabado, sendo uma educação ortodoxa, inflexível, não podendo ser questionada, onde o educador despeja uma gama de conhecimentos sobre o educando, que, por sua vez, assimila através de “memorização”, sem contextualiza-la com a sua realidade.

Neste contexto, há uma educação sem significado, que termina com a entrega do diploma, comprometida, muitas vezes, com a manutenção institucional manipuladora, que resiste às transformações e converge para grupos de interesses, uma educação preocupada em passar conhecimentos de forma linear, sem levar em conta quem está recebendo o conhecimento, seu mundo, sua cultura, seu contexto de vida.

A educação visa à formação do indivíduo por toda a sua vida, considerando a sua experiência de vida, não terminando quando se entrega um diploma, mas

continuando em constantes mudanças, não delineando o ensino apenas de forma linear, mas também verticalizando, preparando o indivíduo não apenas para o trabalho, mas, também, para a vida, com o abandono da educação moldada no sistema Fordista-Taylorista, sistema, este, que leva a uma educação fragmentada, individualista, vigiada, que enfatiza as partes e não o todo.

A educação, como processo, quebra a rotina da repetição, faz com que o indivíduo seja ele mesmo, não apenas centrado em si mesmo, mas também interagindo com outras pessoas, trabalhando em equipe, sendo uma educação para o coletivo.

Neste processo, o professor tem um papel de orientador, de conselheiro, de educador aberto a questionar e ser questionado. Na educação, o indivíduo, além de aprender a “fazer”, aprende a “ser”.

Através da observação presencial, a Escola Agrotécnica federal de Alegre, com cerca de cinquenta anos de existência, vem passando por transformações na sua forma de preparação de mão de obra para atender as demandas do mercado, agora globalizado, deixando de ministrar apenas o curso de Técnico em Agropecuária, antes da reforma de 1996 e introduzindo novos cursos, como de Agroindústria, Cafeicultura, informática e Aqüicultura, abrindo caminho para a criação de cursos tecnológicos.

A escola enquadra agora o perfil curricular dos profissionais na nova política do MEC/SETEC, que tem como objetivo abranger as novas necessidades do mercado, através do desenvolvimento de novas competências, habilidades, técnicas e ciências, se adaptando ‘as transformações tecnológicas do setor produtivo. Uma escola tradicional se adaptando em um mundo globalizado.

A instituição demonstra, também, sinais de preocupação, embora estanques, em formar um aluno que tenha capacidade de formular suas próprias opiniões como cidadão e visa aproximar o ensino da realidade da vida profissional, se adequar a reforma educacional que exige um profissional formador de opinião, interativo, embora sendo cada vez mais especialista e menos generalista.



Figura 9- Prédio Principal da Escola Agrotécnica Federal de Alegre, Rive, Alegre-ES

A instituição está em fase de transição, de uma escola tradicional para uma escola nova, de acordo com os quatros pilares da educação descritos por Delords, 1999:

Aprender a conhecer - Isso ocorre quando o indivíduo desenvolve o seu lado cognitivo, amplia seu horizonte na área de conhecimento, aprendendo a conhecer, compreender e descobrir o mundo que está a sua volta, sendo este processo contínuo e nunca terminado.

O conhecimento deve ser múltiplo, sem ter a pretensão de conhecer tudo, porém, deverá apresentar uma visão da cultura geral, abrindo novos campos de conhecimentos. Hoje a educação é mais imagem do que linguagem. Diante de tantas informações, precisamos selecionar o que devemos aprender.

A aprendizagem é feita pela elaboração indagativa, quando construímos nosso conhecimento pela dedução e pela indução, sendo levados por certos parâmetros ao conhecimento relacionado a todas as áreas e não apenas ao trabalho.

Aprender a fazer – é colocar em prática o conhecimento adquirido, ligado diretamente à área cognitiva; é profissionalizar o conhecimento através de ações.

A educação deve estar cada vez mais voltada para o trabalho e os acontecimentos adquiridos devem ser aplicados na vida profissional.

O aprender a fazer deve ir além da habilidade motora, porém, cada vez mais, está ligado ao cognitivo, levando o profissional a ser capaz de ter iniciativa própria diante das práticas das profissões, de ser empreendedor, tendo competência e inteligência, obtendo uma predição intelectualizada e acompanhando a evolução tecnológica.

As profissões evoluem quantitativamente e qualitativamente, sendo mais complementares e intuitivas, com o fazer estando mais no coletivo do que no individual.

Aprender a viver junto dos outros - é a humanização da educação que, assim, deixa de ser menos tecnicista e passa a ser mais correlacionada com as relações humanas, levando o educando a interagir com o outro, tanto no conhecimento cognitivo, como em outras áreas como a religião e a cultura.

Um grande problema da educação é o espírito de competição, que leva o educando a buscar o sucesso individual, que deveria ser equacionado para o crescimento progressivo, também, do outro e a participação em projetos e atividades comuns.

Assim, a educação não deve ignorar o estudo e a prática das relações humanas, sabendo que as suas áreas são interdependentes.

Aprender a ser - o indivíduo não pode apenas aprender a fazer, mas deve também aprender a ser, desenvolver-se como pessoa, indivíduo, cidadão, interagindo corpo, mente, espírito, inteligência, sensibilidade, esteticidade, responsabilidade e espiritualidade.

A educação deve focalizar o indivíduo no todo, fazendo-o compreender o mundo a sua volta. Deve levá-lo a pensar, estar e interagir com a sua família e a sociedade.

O aprender a ser leva a uma conduta cuidadosa, produtiva e empreendedora; desenvolve a personalidade, a comunicação, a capacidade de percepção das mudanças e leva à descoberta e melhoria das potencialidades do indivíduo diante dos desafios.

A educação deve se adequar ao mundo do trabalho, onde o trabalhador agora é mais do que um empregado, é considerado um parceiro da instituição, devendo saber sua história e atuação no mercado, ir além das fronteiras de sua obrigação, informar-se de todos acontecimentos que integram ao seu mundo de trabalho.

O plano de curso Técnico em Agropecuária (MEC, 2002) destaca:

Entendemos que a escola deve preparar um profissional possuidor de competências que lhe permitam superar os limites de uma ocupação da mesma área profissional ou áreas afins. O educando deve adquirir competências transferíveis, ancoradas em bases científicas e tecnológicas, que lhe permitam ser um profissional flexível e apto a desempenhar, por meio de suas habilidades, a competência aprendida.
(MEC/EAF-Alegre-ES, Plano de Curso Técnico em Agropecuária, 09/09/2002)

2.3.1- Objetivo geral do curso de Técnico em Agropecuária, no modelo Escola-Fazenda:

Antes da reforma, não encontramos relatos de forma escrita e oficial sobre o perfil curricular do Técnico em Agropecuária, entendemos que o mesmo encontrava-se de forma intrínseca nos objetivos gerais deste educandário, que foram traçados a partir das bases educacionais citadas no DL nº 5692/71 e no regimento interno da COAGRI, posteriormente SERG, SENET e SEMTEC, órgãos que até então administravam as escolas agrotécnicas federais seguindo as referências da regulamentação da profissão pelo CONFEA.

Encontramos as seguintes afirmativas traçadas no “Manual de Diretrizes de Funcionamento de uma escola Agrotécnica Federal”, para as habilitações de Técnico em Agropecuária e Técnico em Economia Doméstica (Brasília, DF, 1985: 9):

- Preparar o jovem para atuar conscientemente na sociedade como cidadão;
- Ministrando o ensino de 2º grau profissionalizante na sua forma regular, nas habilitações de agropecuária, agricultura, enologia e economia doméstica;
- Formar o educando para que possa atuar nas áreas de produção, como agente de difusão de tecnologias e nas áreas de crédito rural, cooperativismo, agroindústria, extensão, dentre outras;



Figura 10- Aula, disciplina de Mecanização Agrícola, modelo escola-fazenda.

2.3.2- Competências e Habilidades do curso Técnico em Agropecuária, Sistema Modular

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre traçou o perfil profissional de conclusão do seu aluno baseada no Parecer nº 16/99, levando em consideração a demanda do mercado de trabalho, sua autonomia, eficiência e eficácia, observando os princípios de ética da identidade, a política da igualdade e estética da sensibilidade, prescritos no Parecer CNE/CEB 04/99, definindo a seguinte identidade do curso:

Perfil profissional geral:

- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área;
- Planejar, organizar e monitorar a exploração e o manejo do solo, de acordo com as suas características, as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais, a propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casa de vegetação, a obtenção e o preparo de produção animal e vegetal, os programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos, a produção de mudas e sementes;
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, auxiliando na escolha de produtos agrotóxicos;
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
- Identificar famílias de organismos e microrganismos, diferenciando os benéficos dos maléficos;
- Aplicar métodos e programas de reprodução animal e conhecer a filosofia do melhoramento genético;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- Identificar a aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos.
- Reconhecer e diferenciar parâmetros para operações de controle de qualidade na agropecuária.

O Plano de Curso Técnico em Agropecuária (2002) destaca:

...ministrar um ensino sempre atual, preparando, para o mercado de trabalho, o perfil profissional exigido por ele, naquele momento, através do desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e científicas que possibilitem a sua atuação consistente. (2002:11)



Figura 11 - Plantio da cana de açúcar, módulo Culturas anuais, sistema Modular.

Para acompanhar as atividades do curso Técnico em Agropecuária, o aluno deveria ter construído, de maneira concomitante, no ensino médio, competências e habilidades que o possibilitassem a acompanhar e desenvolver atividades pertinentes, aprendendo as bases tecnológicas estudadas e construindo, com eficácia, as competência e habilidades necessárias ao exercício da profissão.

2.3.3- Competências e Habilidades do curso Técnico de Agroindústria:

Perfil traçado de acordo com o Parecer nº 16/99, com as competências e habilidades gerais do técnico segundo a resolução CNE/CEB nº 04/99, que aponta a necessidade de se preparar um profissional que possa adquirir competências transferíveis, ancoradas em bases científicas e tecnológicas, que lhe permitam ser flexível e apto a desempenhar, por meio de suas habilidades, sua função profissional.

Perfil profissional geral

- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares a serem implementadas na área;
- Planejar, organizar e monitorar a exploração e manejo do solo, de acordo com suas características, as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais e a propagação em cultivos abertos ou protegidos em viveiros ou em casa de vegetação; obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais; viabilizar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos e produção de mudas e sementes;
- Identificar os processos simbólicos de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre o solo e a planta, planejando ações referentes aos tratamentos culturais;
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;

- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
- Conceber e executar projetos paisagísticos, identificando estilos, modelos, elementos, vegetais, materiais e acessórios a serem empregados;
- Identificar famílias de organismos e microorganismos, identificando os benefícios e malefícios;
- Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- Elaborar relatórios e projetos topográficos de impacto ambiental;
- Elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;
- Verificar a viabilidade econômica de projetos agroindustriais;
- Gerenciar processos agroindustriais, visando a redução de custos e maximização de qualidade;
- Atuar em empresas rurais na administração, produção, exploração, comercialização e prestação de serviços.



Figura 12- Módulo Processamento de Carnes - sistema modular de ensino.

2.3.4- Competências e Habilidades do curso Pós-médio em Cafeicultura

O perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Cafeicultura, dentro do que nos apresenta o Parecer nº 16/99, foi traçado com base na aferição simultânea da demanda avaliada junto ao mercado de trabalho, levando-se em consideração todos os elementos envolvidos.

Sabendo que o perfil profissional é definidor da identidade do curso, utilizou-se então, para isso, os conhecimentos das competências profissionais gerais do técnico

(Resolução CNE/CEB nº 04/99) e outras competências específicas, em função das características locais e regionais, sempre direcionadas para a laborabilidade frente às mudanças, o que supõe polivalência profissional.

Entende-se que a Escola deve preparar um profissional possuidor de competências que lhe permitam superar os limites de uma ocupação da mesma área profissional ou áreas afins.

O educando deve adquirir competências transferíveis, ancoradas em bases científicas e tecnológicas que lhe permitam ser um profissional flexível e apto a desempenhar, por meio de suas habilidades, a competência aprendida.

A EAFA, de acordo com o Artigo 4º, Parágrafo 3º da Portaria nº 30, de 21/03/2000, reformulou o Curso Técnico em Cafeicultura, dando-lhe uma estrutura flexível e oferecendo percursos formativos diversificados, com saídas parciais e finais. Tudo isso para caracterizar um perfil também flexível, onde o educando possa vir buscar na escola aquilo que o mercado de trabalho esteja exigindo ou que lhe interessa como indivíduo, para atender a situações específicas, permitindo constante atualização ou aquisição de novas formas de conhecimento, dinamizando o trabalho da escola e a resposta junto à cadeia produtiva dos produtos agropecuários.

Assim, o aluno concludente do curso Técnico em Cafeicultura terá seu perfil determinado pelas competências gerais e específicas explicitadas a seguir e por outras competências e habilidades específicas de cada módulo, expressas na Organização Curricular do Curso.

Perfil profissional geral:

- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
- Planejar, organizar e monitorar a exploração e o manejo do solo, de acordo com suas características, as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas, a obtenção e o preparo da produção vegetal, a produção de mudas (viveiros) e sementes;
- Identificar os processos simbióticos de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre o solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas;
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, auxiliando na escolha de produtos agrotóxicos;
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
- Identificar famílias de organismos e microrganismos, diferenciando os benéficos dos maléficos;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção;
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- Elaborar relatórios e projetos topográficos;
- Adquirir as competências nas seguintes áreas afins: Manejo da Cultura do Café, Vivericultura em Café, Pós-Colheita em Café e Gestão em Café.



Figura 13– Módulo Gestão, Pós Médio em Cafeicultura - Sistema Modular.

2.3.5- Competências e Habilidades do curso Pós-médio Técnico em Informática - Sistema Modular.

O perfil profissional de conclusão, por definição, é representado pelo conjunto das competências profissionais gerais do técnico da área, dispostas na resolução CNE/CEB nº 04/99 e das competências específicas da habilitação. Sendo assim, pode-se traçar o seguinte perfil profissional de conclusão do técnico em informática:

Perfil profissional geral:

- Identificar o funcionamento e relacionamento entre os componentes de computadores e seus periféricos;
- Instalar e configurar computadores isolados ou em redes, periféricos e softwares;
- Identificar a origem de falhas no funcionamento de computadores, periféricos e softwares, avaliando seus efeitos;
- Analisar e operar os serviços e funções de sistemas operacionais;
- Selecionar programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário;
- Desenvolver algoritmos através da divisão modular e refinamentos sucessivos;
- Selecionar e utilizar estruturas de dados na resolução de problemas computacionais;
- Aplicar linguagens e ambientes de programação no desenvolvimento de software;
- Identificar arquiteturas de redes;
- Identificar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação, reconhecendo as implicações de sua aplicação no ambiente de rede;

- Identificar os serviços de administração de sistemas operacionais de rede;
- Identificar arquitetura de redes e tipos, serviços e funções de servidores;
- Organizar a coleta e documentação de informações sobre o desenvolvimento de projetos;
- Avaliar e especificar necessidades de treinamento e de suporte técnico aos usuários;
- Executar ações de treinamento e de suporte técnico;
- Selecionar programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário.



Figura14- Aula, módulo Tecnologia da Informação - sistema modular.

Entendemos que a escola deveria preparar um profissional possuidor de competências que lhe permitissem superar os limites de uma ocupação da mesma área profissional ou de áreas afins.

O educando deveria adquirir competências transferíveis, ancoradas em bases científicas e tecnológicas que lhe permitissem ser um profissional flexível e apto a desempenhar suas funções.

Torres (1997) afirma quanto ao que se ensina na escola.

...não é tanto o que se ensina, mas como se ensina o que conta na escola. Neste sentido, torna a vincular-se a esse esquema de que não contam tanto os aspectos cognitivos e sim os aspectos volitivos, de aprendizagem, de conduta (1997:74).

2.3.6- Competências e Habilidades do curso Pós-médio em Aqüicultura - Sistema Modular:

O perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Aqüicultura, dentro do que nos apresenta o Parecer nº 16/99, foi traçado com base na aferição simultânea da

demanda avaliada junto ao mercado de trabalho, levando-se em consideração todos os elementos envolvidos.

O aluno concludente do Curso Técnico em Aqüicultura teve o seu perfil determinado pelas competências gerais e específicas explicitadas a seguir:

Perfil profissional geral:

- Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros;
- Monitorar o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros;
- Planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca;
- Aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área;
- Acompanhar obras de construção e instalação em aqüicultura;
- Operar embarcações, observando as normas de segurança;
- Aplicar e desenvolver técnicas de beneficiamento de recursos pesqueiros, inclusive subprodutos, desde minimamente processado até industrializado;
- Elaborar, acompanhar e executar projetos;



Figura 15- Aula, módulo Piscicultura, sistema modular

2.4- Análise da matriz curricular dos cursos técnicos no Sistema Escola-Fazenda e Modular:

Analisaremos a matriz curricular dos cursos no Sistema Escola-Fazenda e no Sistema Modular, nos quais encontramos as bases educativas em que os profissionais da área, formados pela instituição, utilizaram no exercício de suas profissões, sendo divididas por tipos de criações e culturas a serem aprendidas, bem como a relação com o ambiente em que elas estão inseridas na região (sua bagagem).

O A análise curricular nos permitirá, junto à pesquisa realizada, identificar as dificuldades e desafios destes profissionais ao exercerem suas funções junto ao mercado de trabalho na região sul capixaba.

2.4.1- Sistema Escola-Fazenda

Antes da reforma da educação, até 1996, este educandário oferecia para a comunidade o curso de Técnico em agropecuária. Os alunos abrangidos por esta matriz faziam concomitantemente o ensino médio na instituição, na qual recebiam, após três anos de curso, o diploma de Técnico em Agropecuária.

No primeiro ano, eram oferecidas as disciplinas de Cooperativismo (30 horas), práticas diárias (na cooperativa dos alunos dentro da própria instituição); Zootecnia I (240 horas); Agricultura I (240 horas, compreendendo as plantas olerícolas). Eram ministrados conteúdos como Avicultura, Cunicultura, Ranicultura, Piscicultura, Apicultura e Sericicultura.

No segundo ano, eram ministradas as disciplinas de Desenho e Topografia (120 horas); Zootecnia II (180 horas, animais de médio porte e conteúdos sobre Suínos, Caprinos e Ovinos); Agricultura II (180 horas, Culturas anuais, com os conteúdos de Cana de açúcar, Milho, Mandioca, Feijão, Sorgo e Forrageiras; Mecanização Agrícola (60 horas); Indústrias Rurais (60 horas).

No terceiro ano, eram ministradas as disciplinas de Redação e Expressão (60 horas); Estudos Regionais, Sociologia e Extensão Rural (60 horas); Administração e Economia Rural (60 horas); Zootecnia III (240 horas, com animais de grande porte - conteúdos sobre os Bovinos, Eqüinos, Bubalinos, Muares e Asininos); Agricultura III (240 horas, com culturas perenes - conteúdos de Fruticultura e Silvicultura).

A partir do segundo ano, o aluno tinha a obrigatoriedade de fazer um estágio supervisionado de 360 horas, sendo 100 horas no educandário, como monitoria e duzentas horas em uma empresa agropecuária. Toda a parte profissionalizante tinha um total de 2.250 horas de duração.

Devemos registrar aqui que todas as escolas agrotécnicas federais deveriam funcionar de acordo com o manual publicado pela, até então, Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), denominado de Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal.

Verificamos, através da análise presencial, que os conteúdos teóricos eram dados primeiramente nas salas de aula do prédio principal e as práticas eram dadas em horários diferentes, não havendo uma conexão entre as mesmas. As práticas de campo eram dadas apenas para a manutenção dos setores de produção, não respeitando o curso e o período do ciclo da produção.

Com a construção de salas de aula nas unidades de produção, as aulas teóricas passaram a serem dadas no mesmo horário das práticas, este problema pôde ser em parte resolvido, pois a grande dificuldade continuou nas execuções das aulas (janeiro-dezembro) e no acompanhamento do ano agrícola da região (julho-dezembro).

2.4.2- Sistema Modular

Após a reforma, com esta nova matriz, o ensino profissionalizante passou a ser oferecido pelo educandário de forma concomitante ou não com o ensino médio, podendo o aluno fazê-lo fora da escola.

Foi oportunizando aos que já haviam concluído o ensino médio fora da escola, a possibilidade de fazerem apenas o ensino profissionalizante em dois anos.

A formação passou a ser em dois níveis: cursos básicos, destinados à Qualificação profissional de trabalhadores, independente de escolaridade prévia e ensino Técnico, mediante a conclusão de todos os módulos do curso profissionalizante e do ensino médio (concluído no educandário ou em outra instituição escolar), concomitantemente ou não, de acordo com o artigo terceiro do Decreto Federal n.º 2.208/97 e o parecer CNE/CEB 16/99.

Os novos cursos introduzidos no educandário, no sistema modular, após pesquisa de mercado, apresentaram três níveis de formação curricular, a básica, a específica e a complementar, apresentados nas matrizes escolares.

A matriz curricular do curso de Técnico em Agropecuária apresentou como formação básica os módulos de Climatologia, 60 horas; Planejamento e Projetos, 80 horas; Agricultura geral, 140 horas e Zootecnia Geral, 140 horas.

Como formação específica, os módulos de Infra-Estrutura I, 148 horas; Infra-Estrutura II, 128 horas; Avicultura, 64 horas; Bovinocultura, 64 horas; Piscicultura, 48 horas; Suinocultura, 64 horas; Cafeicultura 32 horas; Culturas anuais 64 horas; Fruticultura, 64 horas; Olericultura, 84 horas; Silvicultura 64 horas; Vivericultura, 48 horas.

A formação complementar apresenta os módulos de Gestão, 84 horas e Produção Agroindustrial, 64 horas.

Complementando a formação profissional, houve a exigência de 100 horas de estágio supervisionado, totalizando 1.540 horas.

A matriz curricular para formação do curso de Técnico em Agroindústria apresenta, como formação básica, os módulos de Bioclimatologia e Anatomia Animal e Vegetal, 80 horas; Matéria prima, 120 horas; Microbiologia dos alimentos, 96 horas; Construções e Instalações Agroindustriais, 64 horas e Planejamento e Projetos, 80 horas.

A formação específica é composta pelos módulos de Processamento de Leite, 128 horas; Processamento Vegetal, 112 horas; Processamento de Farinhas, 32 horas; Processamento de Carnes, 128 horas; Fabricação de Ração, 48 horas; Fabricação de Produtos não Alimentares, 64 horas e Gestão Agroindustrial, 144 horas.

A formação complementar compreendeu na formação do módulo de Plantas Medicinais Complementares, 48 horas, complementado com 100 horas de estágio supervisionado. O curso apresentou uma carga horária de 1.200 horas de formação.

O curso Pós Médio em Cafeicultura apresentou para formação básica os módulos de Planejamento e Projetos, 132 horas; Bioclimatologia, 96 horas; Solo e Nutrição, 192 horas; Infra-Estrutura, 176 horas.

Como formação específica, apresentou os módulos de Manejo Cultural, 267 horas, Vivericultura, 64 horas; Pós-Colheita, 64 horas e Gestão, 160 horas, mais estágio supervisionado de 100 horas.

O curso apresentou uma carga horária de 1.308 horas.

O nível I do curso Técnico em Informática apresentou o módulo de Informática Básica, 288 horas, certificando o aluno como Assistente em Informática.

O segundo nível compreendeu o módulo de Tecnologia da informação, certificando o aluno como Desenvolvedor de Sistemas.

O nível três apresentou o módulo de Redes de Interconectividade, 288 horas, certificando o aluno como Administrador de Redes.

O quarto nível apresentou os módulos de Internet e Multimídia, 288 horas, mais o estágio supervisionado, 100 horas. O curso apresentou um total de 1.252 horas de formação.

A matriz curricular do curso pós-técnico em aquicultura apresentou como formação básica os módulos de Limnologia, 140 horas; Infra-Estrutura, 70 horas; Biologia, 70 horas; Nutrição, 56 horas; Sanidade, 70 horas e Planejamento e Projetos, 70 horas.

Como formação específica, apresentaram-se os módulos de Larvicultura, 172 horas; piscicultura, 70 horas; Ranicultura, 56 horas; Carcinocultura, 56 horas; Pós-Colheita e Processamento, 56 horas e Gestão 114 horas; estágio supervisionado de 100 horas.

O curso apresentou uma carga horária total de 1.100 horas.

Analisando as matrizes curriculares do curso Técnico em Agropecuária no sistema modular, bem como as dos cursos de Agroindústria, Cafeicultura, Informática e Piscicultura, verificamos a introdução de novas competências e habilidades a serem adquiridas pelo educando, abrindo o leque de novos conteúdos a serem ensinados, exigindo a reciclagem e atualização da classe docente, adequando os mesmos a esta nova realidade, o que vem acontecendo gradativamente. No momento, a escola evidencia a provocação de discussões na área de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Verificamos que com o aumento e adequação dos novos conteúdos, distribuídos nos módulos e a necessidade da distribuição dos mesmos na carga horária dos cursos, as práticas foram prejudicadas, saindo de um extremo (prática sem teoria) para outro (teoria sem prática).

Acusamos aqui a falta de instrumentalidade da escola para investigar se os profissionais formados pela mesma estão suprindo as necessidades do mercado sul capixaba, bem como as dificuldades e desafios encontrados por estes profissionais, onde poderia ser feito na ocasião do encontro dos ex-alunos, que é realizado todo ano impar, no mês de julho, através de entrevistas e questionários.

2.4.3- Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de Nível técnico (Resolução CEB nº 4/ 99 e as Resoluções Federais para o exercício da profissão)

Consideramos a importância deste parecer, pois estabelece o campo de ação do técnico em suas respectivas áreas de trabalho, auxiliando a pesquisa em delimitar a área de atuação do egresso que está atuando dentro ou fora da área de sua formação profissional.

O MEC, através da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da educação (CEB/CNE), descreveu os princípios norteadores da educação profissional de nível técnico, estabelecendo diretrizes quanto às competências e habilidades de acordo com as áreas profissionais que traçam o perfil de formação, nas quais os currículos desta instituição foram baseados.

A escola pode aproveitar os conhecimentos e experiências anteriores, desde que estivessem diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional que foi adquirida.

Compreendeu-se como área profissional agropecuária às atividades de produção animal, vegetal, paisagística e agroindustrial, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para entender as necessidades de organização e produção dos diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio, visando à qualidade e a sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Os cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Cafeicultura foram registrados nesta área, atendendo ao mínimo de carga horária exigida.

A área profissional de Informática compreendeu as atividades de concepção, especialização, projeto, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas e de tecnologias de processamento e transmissão de dados e informações, incluindo hardware, software, aspectos organizacionais e humanos, visando aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos.

O curso de Informática foi registrado nesta área, atendendo o mínimo de carga horária exigida.

A área de Recursos Pesqueiros compreendeu as atividades de extração e de cultivo de organismos - que tinham como principal "habitat" a água - para seu aproveitamento integral na cadeia produtiva, com segurança de qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

O curso de Aqüicultura foi registrado nesta área, atendendo ao mínimo de carga horária exigida.

Através das observação presencial, evidenciamos a grande procura dos jovens em fazer o curso de Técnico em Informática, pois é o único curso em nível de 2º grau em escola pública oferecido na região

Foi apresentado o quadro das áreas profissionais e cargas horárias mínimas exigidas pelo conselho para as áreas de agropecuária e informática:

Tabela 1- Exigência do MEC quanto a carga horária exigida por área

ÁREA PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE CADA HABILITAÇÃO
Agropecuária	1.200
Informática	1.000
Recursos Pesqueiros	1.000

Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CEB 4/99, Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 1.999. Seção 1:229.

Colocando em análise os cursos ministrados pela instituição, entendemos que os mesmos atendem ao que é estabelecido quanto as áreas afins e carga horária estabelecida, sendo compatíveis com as Resoluções. No entanto, devemos considerar, aqui, a readequação da carga horária de alguns módulos dentro da qualificação e habilitação dos cursos. Já presenciamos alguns encontros programados pelo departamento pedagógico, caminhando nesta direção.

A análise histórica das Leis e Resoluções que regulamentam o exercício das profissões do técnico de nível médio auxiliará na pesquisa de formatação do perfil do profissional do egresso, considerando uma visão holística e governamental, comparando o seu conhecimento ao seu trabalho, observando as condições para o registro junto ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura do estado do Espírito santo.

O Sistema CONFEA/CREA, composto pelo CONFEA, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e pelos CREAs, Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, constituídos nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, presta serviço público de normatização e fiscalização do exercício

das profissões de Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, Meteorologista, Tecnólogo, Técnico Industrial e Técnico Agrícola. O CONFEA, dotado de personalidade jurídica própria, com sede e foro em Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional, é a instância superior.

Desde a instituição do Sistema CONFEA/CREA, pelo Decreto 23.569, de 11 de dezembro de 1933 até a década de 50, todos os profissionais e empresas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo eram vinculados ao CREA da 5ª Região, que tinha sede no então Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro. Com a criação da Escola Politécnica do Estado do Espírito Santo, em 1951, as primeiras turmas de engenheiros tinham que se deslocar até à Capital do país para se inscreverem no Conselho. No final da década de 50, um grupo de profissionais, atuando juntamente com a SEE, Sociedade Espírito-santense de Engenheiros, iniciou um movimento que resultou na criação do CREA da 11ª Região, posteriormente denominado CREA-ES.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo, CREA-ES, com jurisdição estadual, é um órgão de fiscalização, orientação e aprimoramento profissional, instituído com a finalidade de defender a sociedade contra os riscos a que estaria exposta pelo exercício das profissões regulamentadas por leigos, bem como pelo mau desempenho dessas por profissionais habilitados, desempenhando também atividades de valorização profissional. Foi instituído em 13 de junho de 1960 pela Resolução 127/60 do CONFEA, sendo que sua instalação se deu no dia 1º de julho de 1960, tendo suas atribuições definidas no artigo 33 da Lei 5.194/66.

O CREA-ES, começou a funcionar em Vitória, precariamente, com apenas um funcionário, em uma sala alugada no Edifício Álvares Cabral, na Praça Costa Pereira, posteriormente transferindo-se para o Edifício Banco Mineiro da Produção. A primeira sede própria foi adquirida no Edifício Caparaó, no Centro de Vitória, em novembro de 1970. Em setembro de 1996, a sede do CREA-ES foi transferida para o Edifício Yung, em Bento Ferreira, em Vitória, capital, onde funciona até então. No sul do estado, o CREA-ES encontra-se instalado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

As Leis e Resoluções que foram historicamente importantes para o registro junto ao conselho estadual, onde também estão inseridas as competências e habilidades que são exigidas na formação do perfil profissional dos técnicos de nível médio e conseqüentemente os formados pela Escola Agrotécnica Federal de Alegre são: LEI nº 5.194/66, Resolução nº 261/79, Resolução 261/79, Resolução nº 262/79, Resolução nº 278/83, Decreto Lei nº 90.922/ 85 e o Decreto Lei nº 4.560/02.

Os Decretos Leis e as Resoluções são provenientes dos resultados de forças das classes em que envolve o exercício das profissões na área agropecuária, no estado. Salientamos a ação do SINTAES, Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Estado do Espírito Santo, que vem representando e defendendo a classe junto ao CREA. A Escola Agrotécnica Federal de Alegre deve formar o profissional dentro destas exigências legais de atuação no mercado de trabalho.

2.5- O mercado de trabalho para um mundo globalizado no contexto sócio-econômico capixaba

2.5.1- Mercado de trabalho para o mundo globalizado

Dentro da ótica e enfoque na história da educação profissional dos egressos da EAF de Alegre, cabe-nos resgatar a história da relação do trabalho, profissão e

escolarização do país, sendo a “escola” sempre associada à educação, ao “trabalho” e ao emprego, hora supervalorizando a experiência e subestimando a escola e hora enfocando a visão da escola como sendo de supra-importância na formação profissional do país.

Esta relação é determinada e mediada pelas diferentes classes da sociedade: a econômica, a social, a política e a cultural; sendo representada historicamente por instituições como a família, igreja, o estado, as empresas e os sindicatos. Estas representações sociais, relacionando-se entre si, não de uma forma explícita e ordenada, mas de forma influenciativa, determinam esta múltipla e complexa relação entre escola e trabalho.

Desde os tempos remotos o trabalho é a garantia de sobrevivência do homem. É assim que a sociedade se organiza e funciona.

Segundo Dereymez, citado por Manfredi (2003), é possível identificar dentre as diferentes concepções e visões sobre a natureza do trabalho três idéias e forças que justificam a importância dessa atividade social:

O trabalho constitui uma das bases fundadoras da economia e constitui um instrumento de inserção social. O trabalho é a base para a estruturação de categorias sócio-profissionais, determinado a relação entre diferentes grupos. O trabalho se constitui como objeto de ação e intervenção de políticas governamentais, interferindo na regulação, controle e distribuição de postos de trabalho e conseqüentemente na distribuição de renda (2003:33-36).

Manfredi (2003) descreveu sobre as sociedades primitivas:

... nas sociedades primitivas, que se estabeleciam em economia de base extrativista, os jovens e crianças eram responsáveis pelos afazeres domésticos, cabiam as mulheres as atividades domésticas e o trabalho na agricultura e aos homens as atividades consideradas “nobres”, como a caça e a colheita. Nas sociedades agrícolas, cabiam aos jovens e crianças, os cuidados com os animais e auxílio, em alguns momentos, à produção. Às mulheres cabiam os afazeres de casa e os homens cabia o trabalho de artesanato (2003:34).

Com o crescimento das cidades e, conseqüentemente, do comércio, artesanato e a agricultura, evidenciamos uma nova divisão do trabalho, originando novas classes sociais, como artesãos, comerciantes, guerreiros, senhores feudais, padres e agricultores, havendo a separação do trabalho manual do trabalho intelectual. Havia uma classe pensante e outra voltada a produzir. A sociedade agrícola, também denominada de pré-industrial, praticando uma agricultura de subsistência, mantinha, através de bens materiais e serviços, uma minoria da sociedade, trabalhos muitas vezes árduos, envolvendo toda a família, homens mulheres e crianças. Contudo mantiveram sua autonomia de espaço e tempo de trabalho.

Surgindo as transformações das relações comerciais, de subsistência para troca de produtos e, posteriormente, de moedas, houve uma metamorfose na organização do trabalho, passando a trabalhador de autônomo para assalariado, ficando à mercê do controle do capital, dando origem ao desenvolvimento do capitalismo, iniciado no século XV e XVI, na Europa, nos países colonizadores.

Nas sociedades capitalistas, os ofícios e as profissões surgem segundo as necessidades de produção, pelas ações, controle e defesa da preservação social em suas diferentes classes, dando origem às novas ocupações, saindo de trabalhos em casa para o trabalho nas fábricas, segmentando a produção e substituindo o homem por máquinas.

O trabalho passa a ser orientado, observando os caracteres de quantidade, qualidade e tempo. Segundo Enguita, citado por Manfredi (2003:42-43), analisando a organização do trabalho, o sistema capitalista caracterizou-se pelas seguintes configurações:

Separação entre o trabalho manual e intelectual. Controle hierárquico e a disciplina, como fator de controle de tarefas, determinando a qualidade e a quantidade da produção, impondo o trabalhador ao ritmo da maquinaria. Fragmentação do trabalho, sendo as tarefas calculadas quanto ao tempo e padronizadas (2003:42-43)

No capitalismo contemporâneo, a modalidade de trabalho mais evidenciada é o “assalariado”, sendo o trabalho doméstico aquele que não tem remuneração alguma. O trabalhador autônomo é aquele que trabalha por conta própria, tendo autonomia de trabalho e a remuneração segundo o mesmo. O trabalhador assalariado troca sua capacidade trabalhadora por uma remuneração estipulada pelo mercado, regido por um contrato formal que estipula o regime, duração da jornada, tempo e permanência através de regra previamente estabelecidas.

Segundo Manfredi, entre os trabalhadores assalariados podemos destacar três grupos:

- Grupos de trabalhadores com nível elevado de escolaridade. Ex., professores, médicos e profissionais da administração, possuindo um auto grau de autonomia no processo produtivo.
- Grupos de dirigentes e executivos das organizações de empresas privadas, estatais e públicas. Possuem um nível auto de escolarização e uma identidade voltada para a produção capitalista.
- Trabalhadores que ocupam posições de subordinações e não possuem nenhum controle nem capacidade de decisão sobre o seu processo, participando de um processo produtivo segmentado, vivenciando tarefas rotineiras, onde o grau de liberdade e flexibilização são mínimos. Ex., balconistas, funcionários de escritórios, lavrador e trabalhadores de linha de montagem.

Na relação do trabalho com o sistema capitalista, o que impera, quanto a empregabilidade, é a lei da oferta e da demanda do emprego, onde a estrutura ocupacional está vinculada às transformações tecnológicas produtivas e demanda de produção, exigindo mais qualificação do trabalhador, tanto na indústria quanto na

agricultura e comércio. Segundo Porchman, citado por Manfredi (2003:48), “a população economicamente ativa de ocupados assalariados passou de 42%, em 1940, para 62%, em 1980”. O trabalho informal tem sido um grande problema para o sistema capitalista atual e a globalização da economia, pois por não trazer garantias de remunerações e saúde para o trabalhador, tem-no colocado à margem do sistema produtivo.

2.5.2- O mercado de trabalho capixaba

Embora o Espírito Santo possua dimensões relativamente pequenas em relação a maioria dos estados da federação, assumindo proporções que não atingem dois por cento da economia agrícola do país, considerando também uma pequena população em comparação aos outros estados, e o seu produto e renda serem modestos, as proporcionalidades do quantitativo não revelam a importância estratégica dessa unidade federativa na sua localização nacional.

O Estado é composto basicamente de pequenas e médias empresas, com diversificação em suas atividades econômicas, política e social.

A inserção de algumas estruturas produtivas, sobretudo dos setores de celulose, café, siderurgia e pelotização do minério, no espaço de acumulação do capitalismo mundial, revelam-se notáveis fluxos de comércio exterior, proporcionando ao Espírito Santo um acentuado grau de abertura, cerca de quatro vezes superior à abertura nacional em termos de movimentação de portos ou duas vezes e meia considerando de maneira mais fidedigna, as exportações e importações das empresas locais, posicionando-se no sétimo lugar do ranking das unidades federativas.

Devemos salientar também os arranjos produtivos de rochas ornamentais, fabricação de móveis e produção de frutas tropicais, que dentro da cadeia produtiva, disponibilizam uma crescente demanda de mão de obra especializada.

Ainda no plano econômico-social, a inter-relação do litoral com a região serrana, tem possibilitado um crescimento na área do agroturismo, dando lugar à necessidade de formação de obra especializada para o setor, que vem se organizando e tomando espaço na economia capixaba.

Devemos notificar também a exploração do petróleo que está alavancando a economia do estado.

Na tabela 2, apresentamos a taxa de crescimento do emprego formal agropecuário do estado do Espírito Santo.

Tabela 2 - Taxa de crescimento do emprego formal, segundo as atividades agropecuárias no estado do espírito santo (%).

ANO	ATIVIDADE	1°	2°	3°	4°	ACUM
		TRI	TRI	TRI	TRI	ANO
2001	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal	- 2,34	14,92	- 4,99	- 9,48	- 2,98
2002	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal	1,57	18,53	- 6,07	-	13,37

Perfil 2001/2002, IPES – Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves:103-105, Espírito Santo, 2002

Na tabela 3 encontra-se registrado os índices de empregabilidade do setor agropecuário do estado, demonstrando a sazonalidade anual, com recuperação no segundo trimestre de cada ano (época de colheita do café) e a dispensa desta mão de obra nos outro períodos.

Tabela 3 - Número de empregos gerados no Espírito Santo, setor agropecuário.

ANO	ATIVIDADE	1°	2°	3°	4°	ACUM
		TRI	TRI	TRI	TRI	ANO
2001	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal	-667	4.246	-1.587	-2.840	-848
2002	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal	398	4.913	-1.930	-	3.381

Perfil 2001/2002, IPES – Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves: 107-109, Espírito Santo, 2002

As tabelas 2 e 3, demonstram a crise na qual se encontrava o setor agrícola quanto à empregabilidade no estado, expressa na taxa de crescimento e no número de empregos, principalmente no ano de 2001, refletindo a crise gerada pelos baixos preços na comercialização dos produtos agropecuários, entre eles, o café, que é uma das principais atividades econômicas agrícola do sul do estado. Entretanto, observamos uma melhora no ano de 2002, pela recuperação em parte da atividade cafeeira, da piscicultura e da fruticultura, como atividades alternativas de fonte de renda.

As propriedades da região do sul do estado tradicionalmente não contratam mão de obra especializada, pois em sua maioria são pequenas propriedades, em que a mão de obra é a própria família, havendo uma maior contratação na época da colheita do café, no 2º trimestre, conforme demonstrado nas tabelas acima. Acusamos também a recuperação do setor pecuarista, gado de leite e corte, que vem saindo de uma crise de preços, refletindo á empregabilidade no ano de 2002.

Os governos, estadual e municipal, que contratavam técnicos para a área de pesquisa e extensão rural, há 20 anos não contratam mão de obra de forma efetiva, apenas temporária. Houve a fusão da EMATER-ES (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo) com a ENCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária), criando a INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural) para adequação de mão de obra.

3- METODOLOGIA

3.1- Referencial teórico da pesquisa em educação

A pesquisa vista de forma simples, pode ser definida como a busca da solução de problemas, sejam eles pré-existentes, conhecidos e de ordem prática, ou, até mesmo, problemas que existam ainda apenas na curiosidade, nas dúvidas e nos questionamentos interiores do pesquisador.

A pesquisa científica, partindo dos mesmos princípios, utiliza métodos e técnicas para a correta identificação do problema, a observação da realidade, a verificação e a mensuração dos resultados, de forma sistemática e racional. Entretanto de acordo com o tipo de informação que se deseja obter, há uma variedade de instrumentos que podem ser utilizados e diferentes maneiras de operá-los (Sanchez, 1998).

A pesquisa educacional utiliza diferentes métodos e instrumentos de coleta de dados, destacando a observação, o questionário, a entrevista, a análise documental e a bibliográfica.

O diagnóstico proposto por esta pesquisa teve como forma de investigação, a empírica, utilizando os métodos de análise documental e bibliográfica, a observação participante e aplicação de questionário. Estes instrumentos foram escolhidos por permitir a análise do comportamento do profissional diante da realidade do meio de trabalho, podendo este tipo de levantamento, segundo Faria (1994:18-21), “permitir a abrangência de um campo maior de pesquisa e com melhor tabulação dos dados”.

A análise documental se deu através da secretaria da escola, biblioteca da instituição e da bibliografia pertinente ao perfil do egresso formado pela entidade. Esta técnica serviu de grande utilidade para a abordagem de dados qualitativos, complementando as informações obtidas por outras técnicas.

Segundo Caulley (1981), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Guba & Lincon (1981) resumem as vantagens do uso de documentos dizendo que uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto nunca deve ser ignorada, quaisquer que sejam os outros métodos escolhidos.

Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de freqüência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e norma que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes grupos. (Mazzotti e Gewandsnajder, 1998:169).

A observação participativa também contribuiu para a realização dos trabalhos, identificando os fatos, comportamentos e cenários. Alves-Mazzotti e Gewandsnajder destacam que:

...as seguintes vantagens costumam ser atribuídas à observação:
a) independente do nível de conhecimento ou da capacidade

verbal dos sujeitos; b) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas apenas para “causar boa impressão”; c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem a vontade para discutir; d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal- espacial. (Alves-Mazzotti e Gewandsnajder, 1998:164).

Tanto quanto a entrevista, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional.

Para Ludke e André

A observação direta permite que o observador cheque mais perto da “perspectiva dos sujeitos”, um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar aprender a sua visão do mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e a suas próprias ações (Ludke e André, 1986:26).

As questões sobre o grau de participação do pesquisador são muitos similares as que surgem nos trabalhos de observação participante, que tem a sua tradição na antropologia e na sociologia.

Segundo Denzim (1978:183), a observação participante “é uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação direta e a introspecção”.

O questionário é uma técnica de observação direta extensiva que, embora sendo analisado e comparado de forma quantitativa, serve como base ao questionamento proposto, indagado na pesquisa qualitativa-quantitativa. Como os egressos da Escola Agrotécnica Federal de Alegre estão sendo inseridos no mercado de trabalho quanto a empregabilidade, competências e habilidades adquirida na escola e utilizadas no exercício profissional?

Souza (1998) em sua coletânea destaca que

O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído de uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o informante devolve-o do mesmo modo. (Souza e outros, 1998:202)

Buscando analisar a inserção do egresso no sul do estado quanto a empregabilidade, e adequação ao mercado de trabalho quanto as habilidades e competências adquiridas na escola, o motivo que justifica esta investigação é procurar responder a este questionamento e aos outros a seguir, para direcionar,

reelaborar e traçar novos caminhos para a educação profissional, verificando e constatando as mudanças que ocorreram após a reforma educacional quanto ao mundo do trabalho e à formação individual como um todo:

- 1- Será que as mudanças de paradigmas propostos pela nova LDB trouxeram benefícios mensuráveis para a sociedade?
- 2- Será que os recursos empregados pelo governo na formação profissional estão tendo retorno satisfatório?
- 3- O profissional formado nestas escolas profissionalizantes está atendendo à demanda de mercado quanto à locação e perfil?
- 4- Os novos cursos propostos pelo educandário estão de acordo com a demanda de mercado?
- 5- Quais as necessidades de novos cursos para a região?

A Escola deve caminhar em busca de um perfil profissional que atenda às novas exigências do mercado de trabalho em um mundo globalizado e, por ser um educandário de referência na região, deve-se adequar a estas novas tendências e cumprir às novas determinações que trouxeram a LDB 9394/96 e o Decreto Lei Federal n.º 2.208/97 explicitadas nos Pareceres CNE/CEB n.º 15/98 e CNE/CEB n.º 16/99, ou seja: a universalização ao ensino, a flexibilização, a concomitância ou não do ensino profissionalizante com o ensino médio, as competências e habilidades, a interdisciplinaridade e contextualização, a autonomia pedagógica da escola e a atualização permanente dos currículos e criação de novos cursos, levando em conta as demandas locais e regionais.

Estas mudanças trouxeram, a partir de 1996, a desestruturação do modelo escola fazenda e a modificação na maneira de se ministrar os conteúdos, que deixou de ser em forma de disciplina e passou a ser de forma modular, deixando de ser anual para ser semestral, conforme mudanças da matriz curricular do único curso oferecido pelo educandário até 1996 (Técnico em Agropecuária). Trouxeram, também, a criação de novos cursos implementados a partir da reforma.

Franco (1994) destaca

É imprescindível que o ensino agrotécnico crie ou ocupe os espaços existentes na escola para que os conteúdos voltados à explicitação dos problemas estruturais da realidade agrícola tenham seu lugar assegurado no conjunto das propostas curriculares e no rol das disciplinas oferecidas. (p.72)

Foram treinados 68 estagiários, distribuídos nos 34 municípios, para a aplicação dos questionários, que também foram respondidos durante o encontro de ex-alunos, realizado no mês de julho/2003, no qual foram aplicados 407 questionários.

Os alunos estagiários receberam um treinamento prévio quanto ao preenchimento dos questionários, evidenciando a seriedade de aplica-los, respeitando a neutralidade na aplicação dos mesmos, obedecendo as técnicas de aplicação do questionário.

Os estagiários apresentaram um relatório da experiência adquirida na de aplicação dos questionários nos municípios, onde expressaram a importância do contato profissional com os egressos que já estavam inseridos no mercado de trabalho, experiência esta de muita relevância.

Evidenciamos nas figuras 16 e 17 a aplicação do questionário em julho de 2003, no encontro dos ex-alunos da escola, deixaram claro, a importância desta investigação, justificando que a instituição deveria sempre estar investigando a cerca da inserção do profissional no mercado de trabalho.

Os alunos, nas conversas informais, expressaram a importância da EAFA na formação de profissionais para o setor agropecuário.



Figura 16- Questionários respondidos no encontro dos ex-alunos, 12 de Julho de 2003

Foram respeitadas as orientações técnicas, como o nível da linguagem escrita, a objetividade nas respostas, a clareza na compreensão dos textos, a possibilidade de respostas dúbias, a limitação de sua extensão e finalidade, observando os aspectos da estética.

O dia era comemorativo, porém foi realizada uma assembléia da Associação dos Ex-Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Alegre, onde foram discutidos vários problemas enfrentados pelos egressos no exercício da profissão, entre eles, a empregabilidade.

Neste dia destaca-se também o testemunho de profissionais que estão atuando na área, em que trocam experiências profissionais, muitos de destaque na política, na economia, pesquisa e extensão.

Evidenciamos a representação do Sindicato dos Técnicos em Agropecuária do Espírito Santo (SINTAES) que trouxe esclarecimentos aos profissionais no que diz respeito ao exercício da profissão.

Destacamos na figura 17, como detalhe, um ex-aluno preenchendo o questionário no encontro de julho de 2003.



Figura 17- Detalhe do ex-aluno preenchendo o questionário no encontro de julho/2003

3.2- Delimitação da área de estudos

A investigação foi focada nos egressos da Escola Agrotécnica Federal de Alegre que estão atuando no sul do estado.

Os municípios abrangidos na pesquisa foram Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Divino São Lourenço, São José dos Calçados, Castelo, Mimoso do Sul, Ibitirama e Cachoeiro de Itapemirim, sendo, nestes, o campo de atuação da pesquisa, municípios confrontantes.

Incluímos também os municípios do sul do estado, Venda Nova do Emigrante, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Muqui, Rio Novo do Sul, Marataízes, Presidente Kennedy, Atílio Vivácqua, Barra do Itapemirim, Itaoca, Itaipava, Piúma, Anchieta, Iconha, Guarapari, Brejetuba, Ibatiba, Irupi, Bom Jesus do Norte, Apiacá, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Conceição do Castelo, municípios, estes, que foram escolhidos por apresentarem egressos da instituição.

O sul do estado é representado pela malha rodoviária, a Br 101, ligando a região ao estado do Rio de Janeiro, a Br 262, que liga o sul do estado a Minas Gerais, e a Br 482, que divide a área da escola, ligando a mesma ao estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Esta região se destaca pela produção de abacate, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha macadami, côco-da-baía, figo, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, palmito, pêsego, pimenta do reino, tangerina e urucum.

Destacamos também o potencial para o agroturismo, pois a região sul capixaba é bastante montanhosa, sendo explorado a costa marítima e a região das águas, clima mais ameno.

O mapa da figura 18 mostra a delimitação geográfica na aplicação dos questionários na região sul capixaba



Figura 18- Campo da pesquisa na região sul capixaba

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1- O egresso da EAF de Alegre e sua inserção nos municípios do sul do estado do Espírito Santo.

Identificamos, nesta pesquisa, os sete **municípios**, dentre os trinta e quatro que compõem o Sul do Estado de Espírito Santo, em que a EAF de Alegre demonstra a sua maior influência no setor agropecuário, como participadora na capacitação de mão de obra especializada para este setor.

O município de Alegre, cuja localidade em que a escola esta inserida, é onde tem a sua maior influência (31,4%), tendo como principais atividades agropecuárias o café, gado de leite e corte. Neste município, encontra-se o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo (CAUFES), onde grande parte dos egressos da EAFA prestam vestibular para os curso de Agronomia, Floresta, Zootecnia e Veterinária.

Os municípios geograficamente confrontantes com o município de Alegre são Muniz Freire (15,2%) e Jerônimo Monteiro (8,3%). São caracterizados pela migração e colonização realizada pelos italianos, onde são desenvolvidas as atividades cafeeira, gado de corte e leite, e recentemente a fruticultura e piscicultura.

O município de Cachoeiro de Itapemirim (6,4%) também tem grande importância para a EAFA, pois grande número de seus egressos trabalham neste município. É o maior município do Sul do Estado em desenvolvimento e em população, caracterizando-se pela industrialização, principalmente a exploração do granito (maior produtor do Brasil) e pelo forte desenvolvimento do comércio.

Sua atividade agropecuária também é intensa, sendo a EAF de Alegre a principal formadora de mão de obra na área de agropecuária, em nível de Ensino Médio, para este município.

O município de Castelo (6,4%), embora seja um município tradicionalmente cafeeiro, tem a exploração do granito e mármore como principal atividade econômica, com café em segundo lugar, seguido pelo gado de leite e corte.

O município de Venda Nova (5,1%) é caracterizado pela imigração dos italianos. As suas principais atividades agrícolas são a horticultura e a floricultura. As propriedades do município são basicamente pequenas, porém altamente produtivas.

O município de Iuna (3,7%) tem como sua principal atividade o café, caracterizando-se por investir em qualidade e produtividade. É um dos maiores produtores do Estado.

Os outros municípios, vinte e sete, separadamente têm pouca representabilidade, porém, juntos, apresentam-se em segundo lugar na pesquisa (27%).

Registramos aqui que muitos questionários foram respondidos em lugares interioranos e distantes da escola na região sul capixaba, evidenciando a importância dos estagiários residentes nestes municípios que os aplicaram, sendo notório a abrangência do mesmo.

Os municípios de Alegre, Muniz Freire, Cachoeiro de Itapemirim, Venda Nova do Emigrante e Iuna destacam-se pelo número de estudantes que freqüentam a EAFA (Gráfico1).

O Plano de Curso Técnico em Agropecuária (PCTA) destaca:

Uma característica muito importante dos municípios mais representativos e, de modo geral, da mesoregião sul espírito-santense é a grande concentração de pessoas na zona rural, o que ressalta ainda mais a importância da agropecuária para esta região.(MEC/EAF-Alegre-ES/PCTA, 2002: 5)

O município de Alegre tem grande importância geográfica e econômica no sul do estado, pois faz limites com Jerônimo Monteiro, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Muniz Freire, Ibitirama, Divino São Lourenço, Guaçuí, São José do Calçados, Apiacá, Mimoso do Sul, e Muqui, se destacando como um corredor de escoamento de produtos agropecuários na região sul capixaba (Figura 18)

Segundo os conceitos da Sociologia e Extensão Rural, a maioria das propriedades do sul do estado, são categorizadas como Unidades Camponesas, de baixo índice tecnológico ou unidades familiares, que assimilam algum tipo de tecnologia (ex, inseminação artificial), sendo caracterizada pela própria família que ocupa os postos de trabalho.

O Gráfico 1 demonstra a representatividade dos egressos nos municípios sul capixaba.

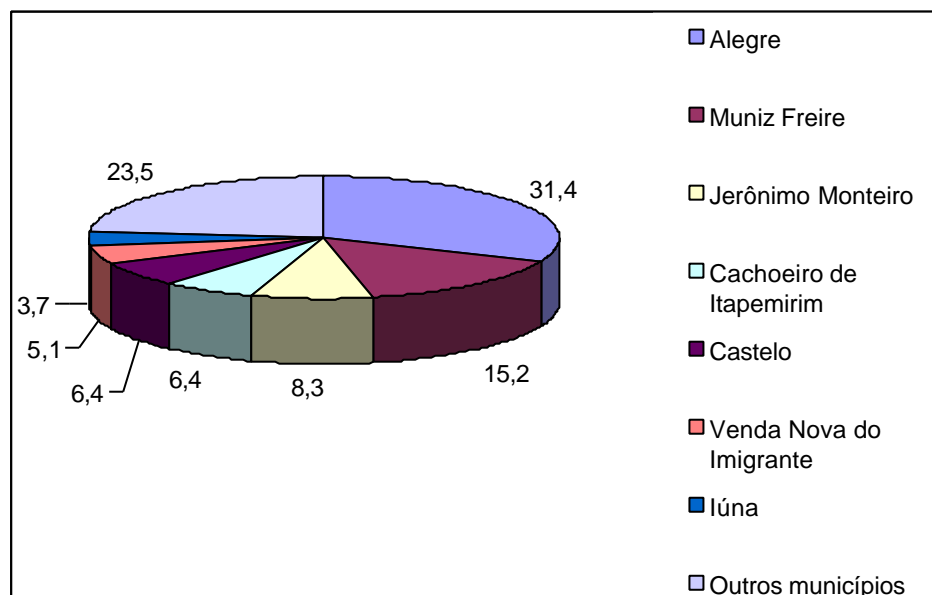


Gráfico 1- Representatividade dos egressos nos municípios

4.2- Representatividade dos egressos, do sistema Escola-Fazenda e no Modular

Verificamos em percentuais a participação na pesquisa dos egressos quanto ao **ano de conclusão do curso**, no sistema escola-fazenda e modular, sendo a amostragem dos alunos que formaram no sistema modular (56,6) % maior que a pesquisada no sistema escola-fazenda (43,6 %), porém, não comprometendo a pesquisa, pois a amostragem dos que se formaram antes é bastante significativa (Gráfico 2).

Entre os egressos que se formaram antes da reforma, grande parte já migrou para outros estados em busca de empregos. Verificamos que muitos endereços, que estavam registrados na secretaria deste educandário, para envio de questionário, já não eram mais válidos.

Na pesquisa, a população de referência designa o conjunto total de elementos para os quais se pretende, a partir do uso de amostras, fazer inferências, buscando o embasamento para tomadas de decisões.

O Gráfico 2 demonstra a representatividade dos egressos nos sistemas Escola-Fazenda e Modular.

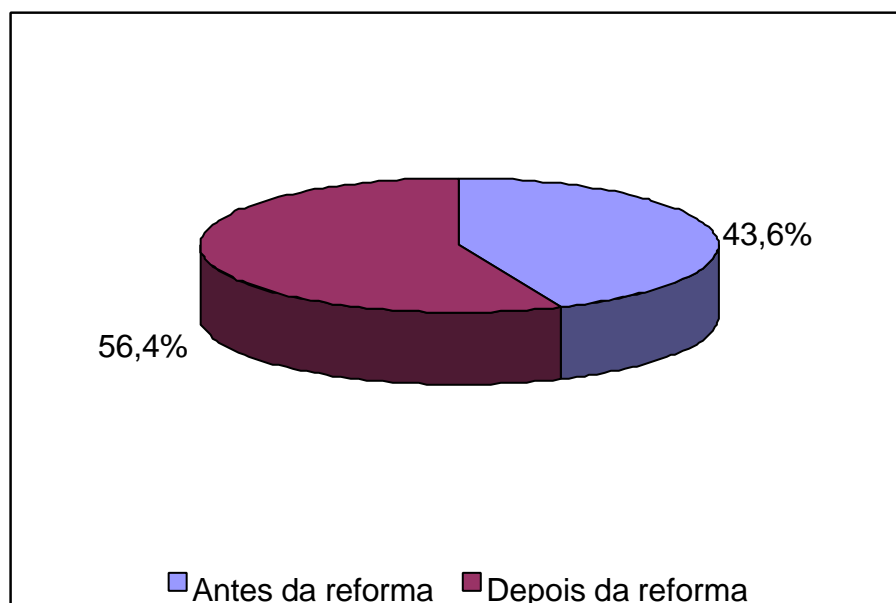


Gráfico 2- Representatividade dos egressos no sistema Escola-Fazenda e no sistema Modular

4.3- Área de atuação profissional dos egressos

A pergunta objetivava descobrir se o egresso estava trabalhando ou não. Em caso afirmativo, buscava saber a **área de atuação**.

Dos que estão trabalhando, somando os itens 1, 2 e 3 (Gráfico 3), aqueles que atuam em empresas agroindustriais ou agrícolas, como autônomos ou proprietários rurais, e em órgão governamental (Área agropecuária), no sistema escola-fazenda, representam respectivamente 58,3%.

No Sistema modular, esse percentual é de 21,9 %. Os egressos que estão atuando na área, formados no sistema escola-fazenda, representaram um índice 36,4% maior do que os que se formaram no sistema modular. Devemos considerar que aqueles formados antes de 1996 têm um tempo maior no mercado de trabalho.

Verificamos a importância do setor agroindustrial quanto a empregabilidade, pois embora aparecendo na pesquisa com valores significativos, 16,2% no sistema escola fazenda, vem diminuindo drasticamente no sistema modular (7,8%), área que está em franco crescimento no sul do estado, no beneficiamento de cereais, frutas, carne e industrialização do leite, justificando, na época, a formação do curso de Técnico em Agroindústria introduzido neste educandário após 1996. Neste setor diminuiu a oferta de trabalho.

Os profissionais formados neste educandário, que se identificaram como autônomos, são os que, após se formarem, voltaram para as propriedades rurais de origem ou atuam na prestação de serviços ligados a área, sendo que, destes, 20,2% são egressos do sistema Escola-Fazenda e 11,2% do sistema Modular, demonstrando uma diminuição de 8,7% dos autônomos, comparando os dois itens, sendo este item um dos principais objetivos da escola, que é formar mão de obra qualificada que, após a formação, volte para o lugar de origem, levando o desenvolvimento ao campo.

O gráfico demonstra um índice bem maior de desempregados no sistema Modular, apenas 0,5 % no sistema Escola-Fazenda e 29,1 % no sistema Modular, que embora tendo um tempo menor de procura de trabalho, questionamos aqui a formação do técnico, que deixa cada vez mais de ser generalista para ser especialista, diminuindo o campo de trabalho.

Segundo Tuppy (CNPq/GT09): “o desemprego juvenil é outro aspecto muito característico da crise atual, como apontam os dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que registram 44% dos jovens no mundo desempregados e dispostos a trabalhar e que no próximo decênio não menos que 500 milhões de jovens incorporarão à força de trabalho mundial. A taxa de desemprego dos jovens é entre 2 a 3 vezes superior à dos adultos”.

O alto índice dos que não responderam, tanto no sistema Escola-Fazenda (29,2 %) e principalmente o modular (41,7 %), demonstraram a dificuldade de interpretação ou falta de opções para preenchimento, já que as repostas eram fechadas.

A empregabilidade em outras áreas de atuação, embora tendo pequenos índices no gráfico, tanto no sistema Escola-Fazenda (5,0 %) como no Modular (3,4 %), demonstrou um maior número de empregados no primeiro sistema

O Gráfico 3 demonstra a área de atuação profissional dos egressos da EAFA.

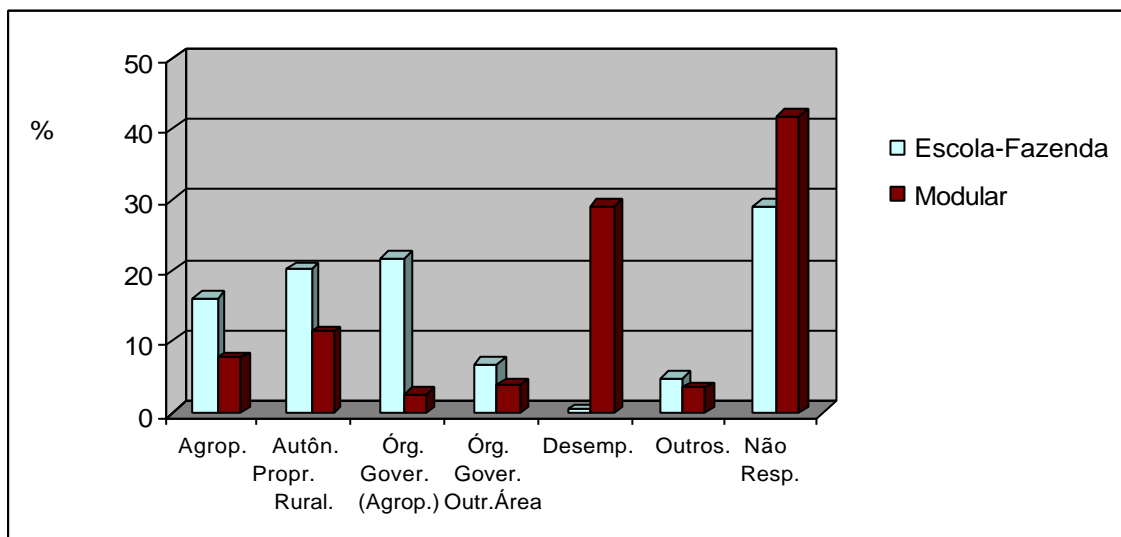


Gráfico 3- Área de atuação dos egressos da EAFA

4.4- Empregabilidade dos egressos nos sistemas Escola-Fazenda e Modular

Agora questionamos profissionais, dentre os que estão empregados, quanto às **competências e habilidades** utilizadas no seu trabalho; se estão dentro da área de sua formação profissional, já que o questionamento anterior está ligado ao tipo de empresa e não ao posto de trabalho, à atuação e à afinidade com a sua formação profissional.

Verificou-se que aqueles que se formaram no sistema escola -fazenda, em sua maioria (58,4%), têm suas competências e habilidades ligadas à área de formação, contra 21,7% que responderam não.

O mesmo não aconteceu com os que se formaram no sistema modular, pois apenas 34,8% responderam sim, e a maioria (74,7%) respondeu não, evidenciando que esses egressos, embora inseridos no mercado de trabalho, não estão atuando dentro da área de formação.

Machado, citado por Ferretti (1994) destaca que são fatores da qualidade do trabalho e criam a organização da produção: “as formas de cooperação, os padrões de hierarquização e controle da força de trabalho, as possibilidades de sociabilização dos conhecimentos, as possibilidades de desenvolvimento das habilidades, de interação e de exercício da autonomia”.

Evidenciamos neste questionamento um baixo índice dos que não responderam, no sistema Escola-Fazenda (6,8 %) e Modular (3,6 %), demonstrando a clareza e objetividade da pergunta. O maior índice do sistema Escola-Fazenda se justifica por ocasião de formação, antes da reforma as palavras competências e habilidades não faziam parte do currículo dos egressos.

O Gráfico 4 apresenta a empregabilidade quanto a competência e habilidade.

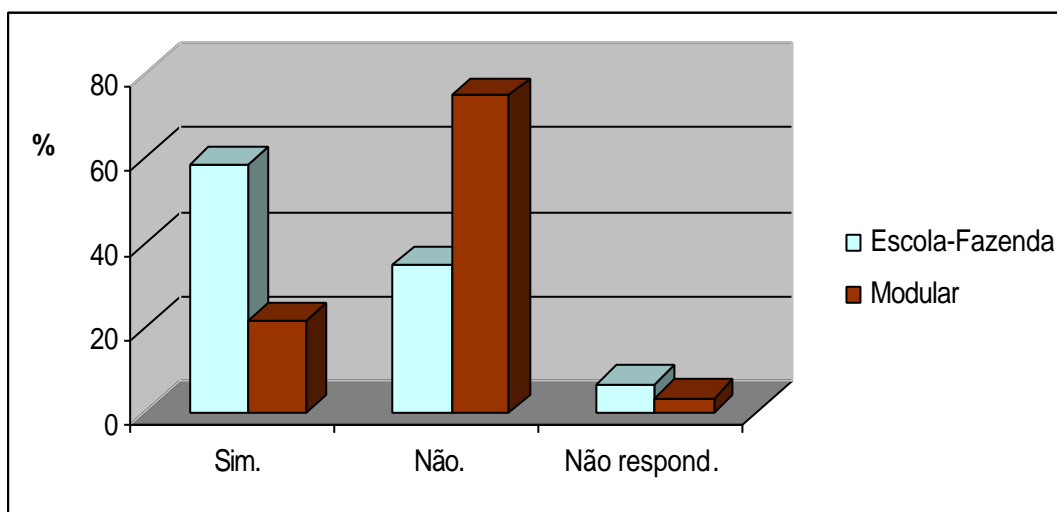


Gráfico 4- Empregabilidade dos egressos

4.5- Razão para atuação dos egressos fora da área de formação

Este questionamento nos deu a oportunidade de comparar o problema da oferta de trabalho; o salário oferecido e a exigência de competência profissional como fatores limitantes para a ocupação dos postos trabalhistas. Verificaram-se como motivos que levam o profissional a não atuar na sua área de trabalho:

- **Não encontrar trabalho na área de formação:** no sistema escola-fazenda (18,5%) e no sistema modular (18,3%), o que evidencia o problema da empregabilidade, sendo este problema não só da região sul capixaba, mas do país. Os baixos preços dos produtos agropecuários também tem contribuído para uma menor renda no setor e conseqüentemente menores oportunidades de empregos.

- **salário não compensador:** Esta causa motivadora de tem maior evidência nos egressos que se formaram no modelo escola-fazenda, (14,7%), contra (6,1%) no sistema modular, confirmando que, embora haja o problema da empregabilidade, há uma recuperação da faixa salarial, de três salários, constatados historicamente, para cinco salários, segundo a média das ofertas de empregos atuais.

Exigência de experiência profissional: esta evidenciada como um dos menores percentuais, tanto antes da reforma (5,4%), como depois (5,5%), não estando entre os principais motivos para não atuar na área de formação; o que aconteceu também com a formação fora das **exigências de mercado**, 5,4% antes e 5,0% depois, evidenciando que, tanto antes como depois da reforma, as habilidades e competências dos egressos não têm diferenças significativas entre os sistemas, não sendo o principal motivo da não ocupação de postos de trabalho.

Sanchez (2002) enfatiza quanto a qualificação do profissional:

“um competente desempenho profissional exige domínio do seu “ofício” associado a sensibilidade e à prontidão para mudanças e uma disposição para aprender e contribuir para o seu aperfeiçoamento”.(Sanchez, 2002:75)

- **Oferta de trabalho fora da área domiciliar:** O Sul do Estado do Espírito Santo é constituído de pequenas e médias propriedades (fazendas camponesas), onde a própria família trabalha nas atividades agropecuárias, surgindo oportunidades de empregos fora da área domiciliar, 9,1 % no sistema Escola-Fazenda e 7,2 % no modular; evidenciando a dificuldade do profissional se fixar fora da região sul capixaba.

- **Falta de vocação:** Quanto aos egressos que não estão atuando na área de formação, 10,8% antes da reforma e 9,4% depois, não houve diferença significativa entre os índices (de quê), haja visto, que o educandário oferece um curso de ensino médio de excelência, o que permite aos egressos aprovação no vestibular, atraindo muitos alunos para a EAFA.

Outras justificativas: Encontra-se de forma acentuada no gráfico, porém pulverizadas em várias justificativas não tabuladas nesta atual verificação, sendo expressas percentualmente como um todo.

Acusamos, aqui, um alto índice de respostas deixadas em branco.

O gráfico 5 demonstra as razões pelas quais os egressos não estão atuando na área de formação.

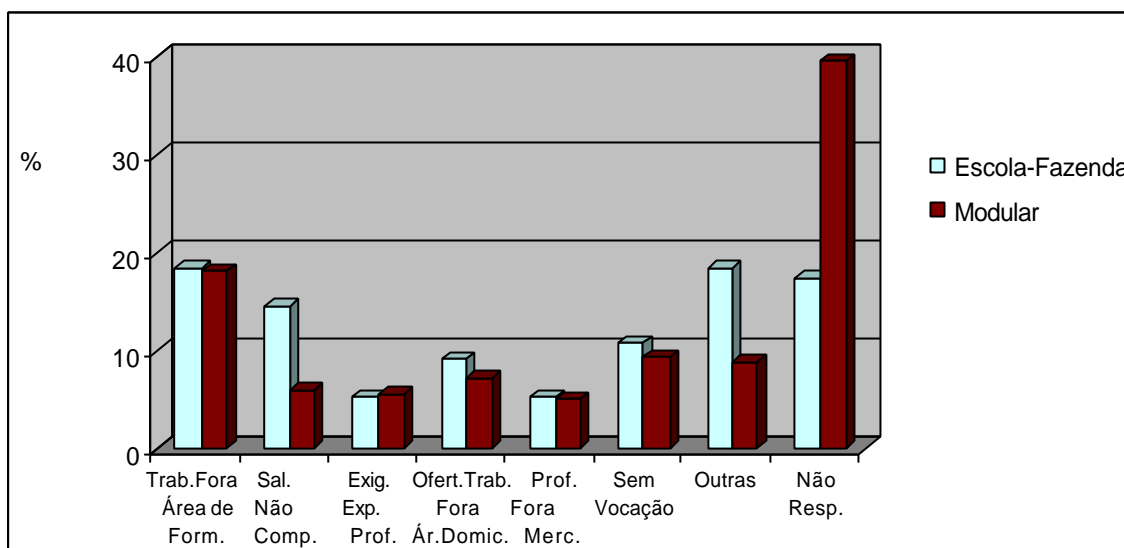


Gráfico 5- Razões indicadas pelos egressos para não atuar na área

4.6- O egresso e as bases educativas no exercício de sua profissão, no sistema escola fazenda e na reforma.

Este questionamento procurou verificar às **habilidades e competências** inseridas nas matrizes a serem ministradas nos cursos; se estavam coerentes com a realidade do trabalho dos que estavam atuando na área.

Verificaram-se, quanto as bases educativas os maiores índices, tanto antes (47,1%) e depois da reforma (42%), de ser coerente, porém acusamos um índice considerável de que nem sempre foram coerentes, 26% antes e 40% depois, demonstrando que a escola precisa estar constantemente discutindo, revendo e atualizando estas competências e habilidades, bem como a sua atualização tecnológica, nos dois níveis (médio e pós-médio).

Kuenzer (1995) citada por Ferretti (1999) destaca que:

O novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todo o setor da economia, com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível.(Kuenzer,1995 citada por Ferretti 1999:129)

O gráfico 6 apresenta a o grau de importância da bases educativas no exercício da profissão para os que estavam atuando dentro da área de formação.

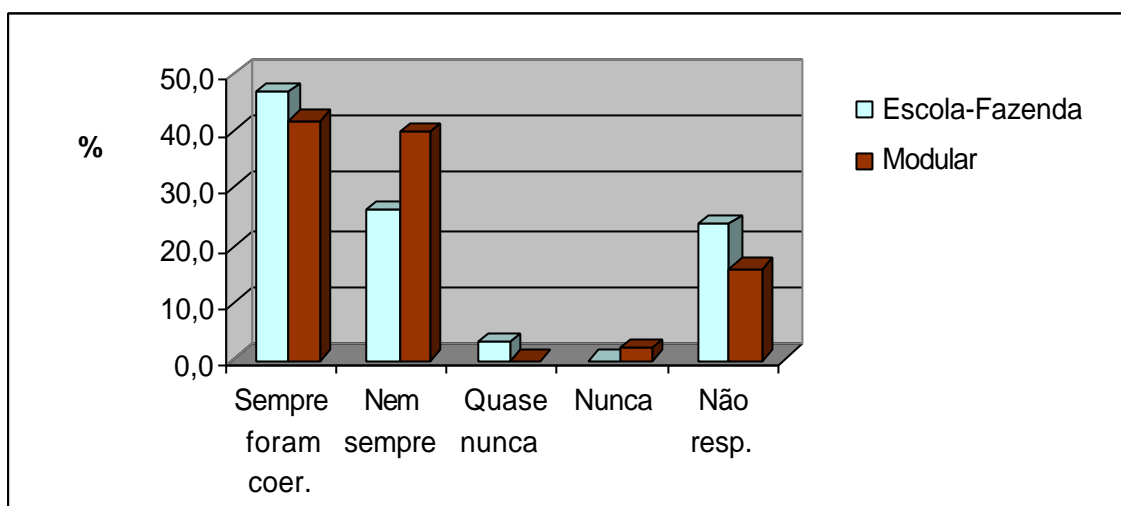


Gráfico 6- questionamento quanto às bases educativas

4.7- Dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão, no sistema escola fazenda e na reforma.

Devemos afirmar, que os que responderam a este questionamento, estavam trabalhando dentro da área de formação, assim, evidenciamos aqui as dificuldades encontradas no exercício da profissão.

A **falta de experiência** quanto às práticas exercidas na profissão, 52,3% no sistema escola-fazenda e principalmente no sistema modular (61,5%), pois com a desestruturação do sistema “escola fazenda” e a “modulação” das disciplinas, as práticas educacionais diminuíram sensivelmente, refletindo a falta de experiência profissional.

A **falta de iniciativa própria**; índice 3,4% maior após a reforma, contrariando um dos objetivos da reforma que é formar um aluno empreendedor.

A **falta de conhecimentos teóricos** confirmou os questionamentos do item 4.4, não sendo o principal motivo, contudo, devemos considerar que evidenciou-se em maior índice antes da reforma 9,2%, contra 5,1% depois; assim, no sistema escola fazenda, muitas práticas não eram acompanhadas por uma base teórica; eram simplesmente uma execução de tarefas.

Os **conhecimentos adquiridos com o exercício da profissão**, acusamos também um índice considerável, 12,3% antes e 10,2% depois da reforma. A falta de correlacionar os conhecimentos com as atividades no trabalho se apresentou pela falta de inter e transdisciplinaridade.

Também devemos analisar os que não tinham uma **visão total do trabalho** a desempenhar, principalmente os formandos do sistema escola-fazenda (9,2%), no qual o aluno era visto como mão de obra de execução dos projetos agropecuários, como alunos aprendizes, e no sistema modular, 7,6%; evidenciando que a escola precisa aproximar a teoria da prática.

As Orientações Para a Formulação e Apresentação dos Planos de Cursos Técnicos (MEC, 2001) descrevem que as instituições de ensino devem deixar claro o perfil profissional, um técnico formado com autonomia e responsabilidade, qualidades estas previstas na Resolução CNE/CEB nº 04/99.

O parecer CEB 15/98 descreve no artigo 35 as finalidades do ensino médio, etapa final da educação básica, na formação do indivíduo: “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”

Araújo (GT 09) descreve as novas qualificações exigidas pelo mercado de trabalho: “entre as novas demandas por qualificação aos trabalhadores, encontramos um grande e impreciso leque de qualidades humanas: iniciativa, espírito de equipe, capacidade de comunicação, sociabilidade, criatividade, disposição para aprender, , curiosidade, disciplina, motivação, atenção, responsabilidade,, estabilidade, confiança, autonomia, capacidade de gerar e se adaptar às mudanças, independência, capacidade de cooperação, lealdade, comprometimento, competitividade, habilidade de negociação, capacidade de pensar, de decidir, etc”.

O Gráfico nº 7 traz as dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão:

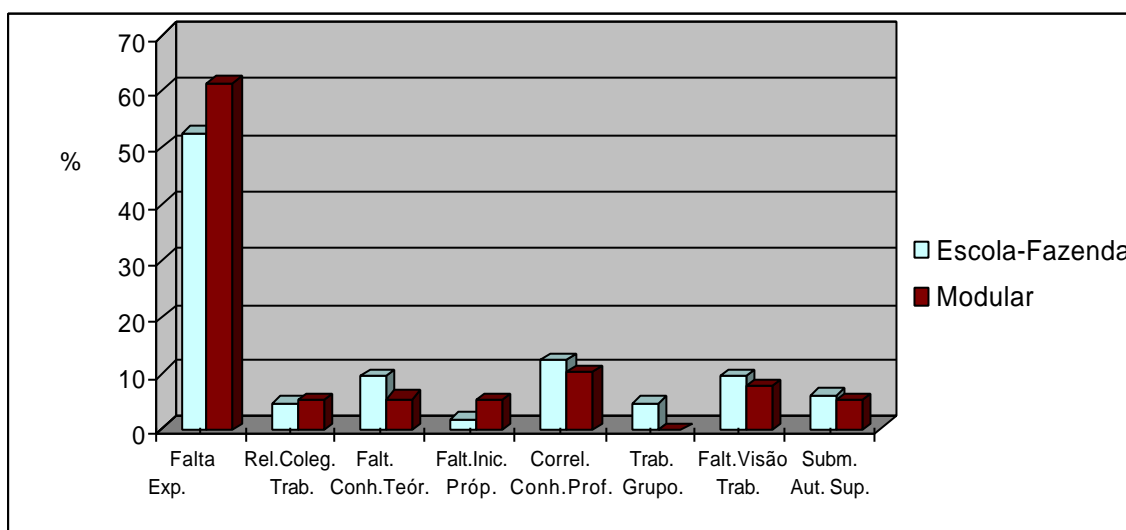


Gráfico 7- Dificuldades encontradas pelo egresso no exercício da profissão

5- CONCLUSÕES

De acordo com a tabulação dos dados, análise documental, observação presencial como ex-aluno formado neste educandário, de 1979 a 1981, professor do mesmo desde 1986, refletimos e analisamos a problemática do perfil dos egressos deste educandário, tendo como foco a empregabilidade, habilidades e competência; sua atuação na região sul do estado do Espírito Santo

Verificamos que a reforma oportunizou a escola a criar novos cursos de formação na agropecuária, ampliando a oportunidade de profissionalização destas atividades do campo, em busca de se adequar a um novo mercado de trabalho globalizado, competitivo e mais especializado; porém, através da observação presencial, acusamos alguns extremos que precisam ser avaliados, como a redução drástica das práticas educacionais no sistema Modular, devido à necessidade de se introduzir novas habilidades e competências que preenchem toda a carga horária dos cursos ministrados, precisando de uma adequação, uma maior vivência e integração da sala de aula com o campo, pois com a desestruturação do sistema “Escola-Fazenda”, não se encontrou outra alternativa substitutiva, alegando-se que estas práticas seriam dadas dentro da ministração dos módulos, o que não vem acontecendo, pela necessidade e obrigação de cumprir todo o plano de curso na ministração de conteúdos. Salientamos a diminuição drástica da carga horária do curso de Técnico em Agropecuária no sistema modular, de 2.250 h no sistema Escola-Fazenda para 1540 h no sistema Modular, contribuindo para a redução das práticas.

Quanto à inserção do egresso da EAF de Alegre na região sul do estado (item 4.1), concluímos que, tanto no sistema Escola-Fazenda como no sistema Modular, a escola se faz presente de forma significativa, contudo, propomos que amplie a sua divulgação na região, através dos meios de comunicação e órgãos de extensão, onde observamos que poderiam ser melhor divulgados os cursos de formação profissional, contribuindo para o crescimento do setor agropecuário sul capixaba.

Evidenciamos nos itens 4.3 e 4.4 a problemática da empregabilidade no setor agropecuário, verificando que a maior parte dos profissionais formados na EAF está trabalhando em áreas diferentes da sua formação, o que vem acontecendo na maioria das profissões do Brasil. Propomos uma maior integração da EAF de Alegre com as propriedades rurais do sul do estado, órgãos de pesquisa e extensão municipal e estadual e principalmente com as agroindústrias, nas quais os índices de empregos de oferta de emprego vem caindo de forma significativa na pesquisa, no sentido de locar os profissionais formados neste educandário, através da ampliação do setor Escola-Empresa.

Analisando os motivos que levaram os egressos a não atuarem na área de formação (item 4.5), principalmente os formados depois da reforma, evidenciados no item 4.4, propomos a este educandário apoiar os sindicatos das categorias representativas, bem como desenvolver ações e políticas educacionais pela melhoria salarial, reconhecimento e regularização das profissões e adequar permanentemente os currículos às exigências de mercado.

Quanto às bases tecnológicas ministradas neste educandário, concluímos que este vem mantendo o nível de excelência educacional, pois a maioria de seus egressos, antes e depois da reforma, identificados no item 4.6, afirmaram que estas bases sempre foram coerentes com as exigências de trabalho, devendo apenas manter e se possível aumentar tais índices.

Nas dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão, (item 4.6), propomos a este educandário a melhoria do modelo modular de ensino na área técnica, no sentido de acompanhar o ano agrícola, conciliando as prática com a teoria e reestruturando este modelo quanto ao desenvolvimento dos projetos agropecuários educativos e de produção, de forma que possam permitir ao professor ministrar suas práticas. Propomos, também, a reimplantação dos projetos agropecuários orientados e remunerados.

A escola deve remodelar o sistema modular de ensino, de forma que venha a atender as novas perspectivas tecnológicas do mercado sem, ao mesmo tempo, descaracterizar o profissional, sendo o mesmo empreendedor, visionário, formador de opinião, com princípios de cidadania, visando a sua formação como um todo.

A investigação proposta serviu como instrumento de avaliação institucional da Escola Agrotécnica Federal de Alegre, localizada, no estado do Espírito Santo, nos seus cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria e Pós-Médios Técnicos em Cafeicultura, Informática e Aqüicultura, sugerindo parâmetros para a reprogramação dos cursos oferecidos e para a introdução de novas qualificações na região em que a instituição está inserida. A diagnose permitiu organizar, resgatar, catalogar e interpretar a trajetória profissionalizante da agropecuária, dando uma visão holística e global por meio das informações coletadas e tabuladas, contribuindo para a relação escola – empresa, escola – comunidade e sugerindo uma maior inserção da Escola no contexto atual de desenvolvimento fragmentado.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, R. M. L. **As Novas “Qualidades Pessoais” Requeridas Pelo Capital.** Brasília. ANPED. GT: Trabalho e educação/nº 09. 2002
- BAUMANN, Z. **Desafios educacionais da modernidade líquida.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro . nº 148. Jan/mar, 2002.
- BRASIL, Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CEB 4/99. Diário Oficial da União. Brasília, 22/12/1999. Seção 1:229.
- BRASIL. Decreto Federal nº 4560, de 30/12/2002. Dispõe sobre o exercício da profissão do Técnico Industrial e Agrícola de nível médio. Brasília, 2002.
- BRASIL. Decreto Federal nº 5194, de 24/12/1966, regulamenta o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto, e Engenheiro Agrônomo, Brasília, 1966.
- BRASIL. Lei Federal nº 5524, de 5/11/1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Brasília, 1968.
- BRASIL, Decreto Lei nº 90922, de 6/02/1985, regulamenta o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio, Brasília, 1985.
- BRASIL. Decreto Federal nº 5.154, de 23/07/2004, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39ª 41 da Lei nº 9394/96.
- BRASIL. Decreto Federal nº 2208, de 17/04/97, regulamenta o § 2º art. 36 e os arts. 39 a 40 da Lei Federal nº 9394/96.
- BRASIL. **Diretrizes e Bases da educação Nacional.** Lei Federal n.º 9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares Nacionais para o ensino Médio.** Parecer CNE/CEB n.º 15. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Resolução CEB nº 4. Brasília 1999
- BRASIL. **Diretrizes de funcionamento de uma escola agrotécnica federal,** MEC/COAGRI. Brasília, 1985
- BRASIL. **Escola Agrotécnica Federal de Alegre.** PLÂNTULA. MEC/SENTEC. Boletim Informativo n.º 01. Volume 07. Alegre-ES, 1994.

BRASIL, MEC/SEMTEC/CGEP. Orientações Para a Formulação e Apresentação dos Planos de Cursos Técnicos, Brasília, julho, 2001.

BRASIL. **Plano de curso Técnico em Agropecuária.** MEC/SEMTEC/EAFA. Alegre-ES, 2002.

BRASIL. **Plano de Curso Técnico em Agroindústria.** MEC/SEMTEC/EAFA. Alegre-ES, 2002.

BRASIL. **Plano de Curso Técnico em Cafeicultura.** MEC/SEMTEC/EAFA. Alegre-ES, 2002.

BRASIL. **Plano de Curso Técnico em Informática.** MEC/SEMTEC/EAFA, Alegre-ES, 2002.

BRASIL. **Plano de Curso Técnico em Aquicultura.** MEC/SEMTEC/EAFA, Alegre-ES. 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, Senado Federal. MEC/PNE/UNESCO. 2001.

BRASIL. **Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Alegre.** PLÂNTULA. MEC/SENTEC Boletim Informativo n.º 01. Volume 04. Alegre-ES, 1991.

BRASIL. **Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES.** MEC/SENET/EAFA, Brasília, 1992.

BRASIL. Resolução Federal nº 261, de 22/06/1979, dispõe **sobre o registro de Técnicos de 2º grau nos CREAs.** Brasília, 1979.

BRASIL. Resolução Federal nº 262, de 28/07/1979, dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas área de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Brasília, 1979.

BRASIL, Resolução Federal nº 278, de 27/04/1983, **dispõe sobre o exercício profissional dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de Nível Médio,** Brasília 1983.

BRASIL. **Perfil 2001/2002.** Governo do Estado do Espírito Santo. Coordenação Estadual de Ciência e Tecnologia. Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones Santos Neves. IPES. Vitória. 2003.

- CAULLEY, D. N. **Documents Analysis in program evaluation** n° 60. Portland. Or. Northwest Regional Educational Laboratory. 1981.
- CERQUEIRA, C.S. **Avaliação dos egressos da educação profissional**. Rio de Janeiro. UCM. 2003. (Monografia “Latu Sensu” em docência para o ensino superior).
- CUNHA, L. A. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp. Brasília: Flacso. 2000.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo. Cortez:1999.
- DENZIN, N. **The research act**. New York. Mc Graw-Hill. 1978
- FARIA, A. N. **Organização e métodos**. Rio de Janeiro. JC: 1994.
- FERRETTI, J.C (Org). **Tecnologias, Trabalho e Educação**. Petrópolis. RJ: Vozes. 1994
- FERRETTI, J. C. (org). **Trabalho Formação e Currículo**. São Paulo: Xamã. 1999
- FRANCO. M. L. P.B. **Ensino Médio: Desafios e Reflexões**. Campinas. SP: Papirus. 1994.
- FRIGOTTO, G. (org). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis. RJ: Vozes. 2002
- GHIRALDELLI, P. J. **História da Educação**. São Paulo: Cortez. 2003.
- GUBA, E. G. & LINCOLN. Y. S. **Effective evaluation** San Francisco. Ca.. Jossey-Bass. 1981.
- KUENZER, A. **Ensino Médio Profissional: Políticas do Estado Neoliberal**. Campinas: Cortez. 1997
- KUENZER, A. **Construindo Uma Proposta Para os Que Vivem do Trabalho**. São Paulo: Cortez. 2001.
- LUDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU,1986
- MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. Rio de Janeiro. Cortez. 2002.
- MAZZOTTI, A.A. e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais**. São Paulo: Thomson, 1988.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003.

SANCHEZ, S. B. **Conceituação, Concepção e Organização de um Programa de Pós-Graduação PARA Docentes da Educação Profissional Agrícola. Seropédica. RJ: UFRRJ. 2002 (Tese de Doutorado).**

SOUZA, A. M. e outros. **Metodologia da pesquisa em educação à distância. MEC/SEED. Brasília, 1998.**

TORRES, C. A. **Sociologia política da educação. São Paulo: Cortez. 1997.**

TUPPY. M. I.N. **Inserção Profissional e Imaginário Social. UNESP. GT: Trabalho e Educação/nº 09. CNPq. 2002.**

7- ANEXOS

ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR, CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA,
MODELO ESCOLA-FAZENDA

ANEXO II – MATRIZ CURRICULAR, CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA,
MODELO MODULAR

ANEXO III – MATRIZ CURRICULAR, CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA

ANEXO IV - MATRIZ CURRICULAR, CURSO TÉCNICO EM CAFEICULTURA
(POS-MÉDIO)

ANEXO V – MATRIZ CURRICULAR, CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA (
PÓS- MÉDIO)

ANEXO VI – MATRIZ CURRICULAR, CURSO TÉCNICO EM AQUICULTURA
(PÓS-MÉDIO)

ANEXO VII - LEIS E RESOLUÇÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL TÉCNICO

ANEXO VIII – DECRETO Nº 4.560, EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DO TÉCNICO

ANEXO IX – PESQUISA TIPO QUESTIONÁRIO APLICADA AO EGRESSO

ANEXO I

MATRIZ CURRICULAR/ PARTE PROFICIONALIZANTE/ CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA/ ATÉ 1996.

DICCIPLINAS PROFISSIONALIZANTE	SÉRIES			TOTAL DE HORAS
	1º	2º	3º	
REDAÇÃO E EXPRESSÃO			02	60
EST. REGIONAIS-SOCIOL.-EXT. RURAL			02	60
ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL			02	60
COOPERATIVISMO	01			30
DESENHO E TOPOGRAFIA		04		120
ZOOTECNIA I	08			240
ZOOTECNIA II		06		180
ZOOTECNIA III			08	240
AGRICULTURA I	08			240
AGRICULTURA II		06		180
AGRICULTURA III			08	240
IRRIGAÇÃO E DRENAGEM			03	90
CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES			03	90
MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA		02		60
INDÚSTRIAS RURAIS		02		60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO				360
TOTAL GERAL (h)				2250

ANEXO II

MATRIZ CURRICULAR/CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA/ A PARTIR DE 2001

FORMAÇÃO BÁSICA		FORMAÇÃO ESPECÍFICA			FORMAÇÃO COMPLEMENTER	
MÓDULOS /SUBMÓDULOS	CH	MÓDULOS /SUBMÓDULOS	CH	SAÍ PAR	MÓDULOS /SUBMÓDULOS	C H
CLIMATO-LOGIA Clima Hidrologia Bioclim. Vegetal Bioclim. Animal	60	INFRA-ESTRUTURA I	148	SIM	Mont. E monit. Elab. Plano expl. Monit. Comercial. Monit. Proc. Prod.	84
	10	Mecanização	64			24
	10	Top. E cons. Do solo	84			20
	20	INFRA-ESTRUTURA II	128			20
	20	Const. E instalações	64			20
		Irrigação e drenagem	64			20
AGRIC. GERAL Solo e nutriç. Min. Calagem e adub. Sanidade vegetal Matéria orgânica	140	AVICULTURA	64	SIM	PROD. AGROINDUST. Proc. De vegetais Proc. De carnes Proc. De leite	64
	30					20
	50	BOVINOCULTURA	64	SIM		22
	40					22
	20	PISCICULT. DULCÍC.	48	SIM		
		SUINOCULTURA	64	SIM		
PLANEJ. E PROJ. Est. Da voc. Reg. Import. De merc. Elab. De projetos	80	CAFEICULTURA	32	SIM		
	30					
	20					
	30					
ZOOT. GERAL Reprod. Anim. Nutrição anim. Sanidade anim.	140	CULTURAS ANUAIS	64	SIM		
	50	FRUTICULTURA	64	SIM		
	50	OLERICULTURA	84	SIM		
	40	SILVICULTURA	64	SIM		
		VIVERICULTURA	48	SIM		
SUBTOTAL DE FORMAÇÃO	420		872			148
ESTÁGIO SUPERVISIONADO						100
TOTAL GERAL						1540

ANEXO III

MATRIZ CURRICULAR/ CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA/ A PARTIR DE 2001

FORMAÇÃO BÁSICA		FORMAÇÃO ESPECÍFICA			FORM. COMPLEM.	
MÓDULO/ SUBMOD.	CH	MÓDULO/ SUB-MÓD.	CH	SAI PA	MÓDUL/ SUB-MOD.	C H
BIOCLIM. E ANATOM. Clima Anat. Fis. Animal. Anat. Fis. Vegetal	80	PROCES. DE LEITE NUTRIC. E DIETÉT.	128		PLANTAS MEDICIANAIS CONDIMENTARES	48
	20 30 30		64			
MATÉRIA PRIMA Aqui. Matéria prima Hig. limp. E sanit. Conserv. Armazen.	120	POROCES. VEJET.	112			
	30 32 50	PROCES. FARINHAS	32			
MICROB. DOS ALIM. Microbiologia Análise microbiol.	96	PROCES. CARNES	128			
	53 43	FABRIC. DE RAÇÃO	48			
CONSTR. E INSTAL.	64	FABRIC.PROD. NÃO ALIMENTARES	64			
PLAN. PROJETO Estudo voc. Regional Eleb. do projeto	80	GESTÃO - AGROIND.	144			
	40	Montagem e monit.	50			
	40	Elab. Plano de expl.	50			
		Monit. proc. Comerc. Mont, contr. Avaliação	30 46			
SUB TOTAL	432		720			48
TOTAL					1200	
TOTAL GERAL					1300	

ANEXO IV

MATRIZ CURRICULAR/ CURSO TÉCNICO EM CAFEICULTURA PÓS MÉDIO/A PARTIR DE 2001

FORMAÇÃO BÁSICA			FORMAÇÃO ESPECÍFICA			
MÓDULO	SUB-MÓDULO	CH	MÓDULO	SUB-MÓDULO	CH	Q. PROF
PLANJ. PROJ.	Est.voc.reg.	36	MANEJO CULTURAL	Cap. e podas	48	MANEJO CULTURAL EM CAFÉ
	Imp. merc.	16		San. Pragas	40	
	Elab. proj.	80		Doenças	47	
				Métodos cont.	17	
				Manej. Integ.	35	
				Tec. Aplicação	35	
				Café orgânico0	45	
BIOCLIMATOLOGIA	Clima e fen.	24	VEVERICULTURA	Prep. Subst.	08	VIVERICULTURA EM CAFÉ
	Fisiolog. Caf.	24		Prod. Manej. M.	45	
	Melhoramento	20		Infra-estrut.	11	
	Colheita	48				
SOLO E NUTRIÇÃO.	Orig.form.prop.	30	PÓS-COLHEITA	Sec. Armazen.	25	PÓS COLHEITA EM CAFÉ
	Nutric. Caf.	57		Qual. E indust.	39	
	Cal. E adub.	57				
	Esc. Prep. Pl.	48				
INFRA-ESTRUTURA.	Top. E cons.	80	GESTÃO	Mont. E monit. Administrativo	30	GESTÃO EM CAFÉ
				Elab. Plan. Exp	30	
				Monit. Comerc.	32	
	Irrigação	32		Monit. C. aval.	04	
	Const. Instal.	64		Sociol. Ext. R.	64	
SUB TOTAL POR FORMAÇÃO		616			592	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO					100	
TOTAL FERAL					1308	

ANEXO V

MATRIZ CURRICULAR/ CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA/ A PARTIR DE 2001

MÓDULOS	SUBMÓDULOS	AULA P/SEM	CH P/MÓD	CERTIFICAÇÃO
I INFORMÁTICA BÁSICA	Processamento de dados	04	64	ASSISTENTE DE INFORMÁTICA
	Sistemas operacionais	04	64	
	Aplicativos computacionais	04	64	
	Organização empresarial	04	64	
	Projeto integrador	02	32	
	SUB-TOTAL	18	288	
II TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Tecnc. de progr.	04	64	DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS
	Linguagens prog.	04	64	
	Anal. proj. sistem..	04	64	
	Des. adm. Dados	04	64	
	Proj. integrador	02	32	
	SUB-TOTAL	18	288	
III REDES DE INTERCONECTIVIDADE	Fund. de redes	04	64	ADMINISTRADOR DE REDES
	Sist. Oper. De rede	04	64	
	Proj. rede instal. Fisic.	04	64	
	Red. Lan. Wan. Inter.	04	64	
	Proj. integrador	02	32	
	SUB-TOTAL	18	288	
IV INTERNET E MULTIMÍDIA	Proj. constr. De sites	04	64	DESENVOLVEDOR PARA INTERNET
	Computação gráfica	04	64	
	Aplicativos multimídia	04	64	
	Tecnol. Aplic. Internet	04	64	
	Projeto integrador	02	32	
	SUB-TOTAL	18	288	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			100	
TOTAL GERAL		72	1252	

ANEXO VII

MÓDULOS	SUBMÓDULOS	CH (h)	MÓDULOS	SUBMÓDULOS	CH (h)	SP
	Ecosist. Aquát. Água Princ. de qualid.		LARVICUL-	Propagação Manejo		
LIMNOLOGIA	FORMAÇÃO DE ÁGUA BÁSICA	140	TURA FORMAÇÃO ESPECÍFICA		142	SIM
	Manejo de qualid.da água Pol. Das águas					
INFRA-ESTRUTURA	Levanamento Planialtimétrico Tipologia do solo Diomensionamento hidráuloco Construções e instalações	70	PISCICUL-TURA		70	SIM
	Animais aquáticos Reprodução Desenvolvimento Genética e melhoramento	70	RANICULTU-RA		56	SIM
		56	CARCINOCUL-TURA		56	SIM
	Ictiopatologia Controle	70	PÓS-COLHEITA E PROCESSAM.		56	SIM
PLANEJ. E PROJETO	Estudo da vocação regional Elaboração de projetos		GESTÃO	Monit. monit. Elaboração Plan. Exp. Monit da com. Monit. contr. Proc. Prod.	114	SIM
SUB-TOTAL		476			524	
TOT. GERAL					1000	

GRADE CURRICULAR CURSO-TÉCNICO EM AQUICULTURA

SP> Saída Parcial

ANEXO VII

LEI N° 5.194/66

Regulamenta as profissões do setor agropecuário de nível superior e nível médio, enquadrando-as como de interesse social e humano, que se aplicam à realização do aproveitamento dos recursos naturais e ao desenvolvimento agropecuário. Cita em seu artigo de n° 84 que o graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos conselhos regionais (CREA).

RESOLUÇÃO 261/79

A Resolução n° 261, de 22 de junho de 1979, em conformidade com a Lei de n° 5.194 de 24 de dezembro de 1966, dispõe sobre o registro de Técnicos de 2° Grau, nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, apresentando as seguintes considerações:

- O Registro do Técnico em nível de Segundo Grau, visa o seu exercício profissional. Passa a ser efetuado nos assentamentos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).
- O Diploma ou certificado do Técnico em Agropecuária deve estar em conformidade com a Lei n° 692/71, conforme tenha concluído o curso regular ou sido aprovado em suplência profissionalizante.

RESOLUÇÃO N° 262/79

A resolução n° 262, de 28 julho de 1979, dispõe sobre as atribuições dos técnicos em 2° Grau, nas áreas de Arquitetura e Agronomia, no exercício de sua função, por meio das seguintes habilidades:

- Execução de trabalhos e serviços técnicos projetados e dirigidos por profissionais de nível superior;
- Operação e utilização de equipamentos, instalações e materiais;
- Aplicação das normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;
- Levantamento de dados de natureza técnica;
- Condução de trabalho técnico;
- Condução de equipe, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Treinamento de Equipes de obras e serviços técnicos;
- Desempenho de cargo e função técnica, circunscritos ao âmbito de sua habilitação;
- Fiscalização da execução de serviços e atividade de sua competência;
- Organização de arquivos técnicos;
- Execução de trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade;
- Execução de serviços de manutenção de instalação de equipamentos;
- Execução de instalação, montagem e reparo;
- Prestação de assistência técnica, ao nível de sua habilitação, na compra e venda de equipamentos e materiais;
- Elaboração de orçamentos relativos às atividades de sua competência;
- Execução de ensaios de rotina;

- Execução de desenho técnico;
- Foi assegurado ao técnico de 2º Grau a competência de assumir a responsabilidade técnica por pessoa jurídica, cujo objetivo social seja restrito às suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 278/83

A resolução nº 278 de 27 de maio de 1983 também traz importantes resoluções no que diz respeito ao exercício das funções profissionalizantes de nível médio do setor agropecuário, tomando como base às resoluções da Lei nº 5.692/71 e agora também do parecer nº 45/72 do Conselho Federal da Educação, no sentido de caracterizar o Técnico de 2º Grau como um profissional que desempenha ocupações que envolvem tarefas de assistência técnica ao trabalho dos profissionais de nível superior, delineando o seu trabalho em desenvolver, independentemente, tarefas de supervisão, controle e execução de trabalhos técnicos especializados, havendo também a adequação, até então, à nova Lei nº 7.044/83, que trouxe resoluções a cerca da capacitação escolar e a fixação de novos currículos dos técnicos de 2º Grau, limitando a profissão aos seguintes dispositivos:

- Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados, limitada à prestação de informações quanto as características técnicas a de desempenho;
- Responsabilizar-se pela elaboração de projetos compatíveis com respectiva formação profissional;
- Executar e conduzir diretamente a execução técnica de trabalhos profissionais referentes a instalações, montagens e operação;
- Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, sob supervisão de um profissional de nível superior, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas: coleta de dados de natureza técnica; desenho de detalhes e de representação gráfica de cálculos, elaboração de orçamento de materiais, equipamentos, instalações e mão de obra; detalhamento de programa de trabalho, observando normas técnicas e de segurança; aplicação de normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho; execução de ensaio de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade de materiais, peças e conjunto; regulação de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos;
- Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamento, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;
- Ministrando disciplina técnica, atendida a legislação específica em vigor;
- Atuar em atividades de extensão, associativismo e em apoio à pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;
- Execução e fiscalização de procedimentos relativos ao preparo do solo até a colheita, armazenamento comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.
- Administração de propriedades rurais;

- Colaborar nos procedimentos de multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação;
- Elaborar planos de custeio de atividades agrícolas rotineiras, para efeito de financiamento pelo Sistema de Crédito Rural, desde que não envolvam a utilização de herbicidas e no âmbito restrito as suas respectivas habilitações.

DECRETO LEI N° 90.922/ 85

Este Decreto, promulgado em 05 de fevereiro de 1985, regulamentou a Lei 5.524, de 05 de novembro de 1968 que, em suas resoluções, abordava apenas o curso técnico industrial, mas que, agora, passa a incluir também o técnico agrícola e o técnico agroindustrial, toma outras providências além das resoluções anteriores já relatadas:

- Desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;
- Ministras disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para exercício do magistério nesses dois níveis de ensino;
- Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;
- Emitir laudos e documentos de classificação;
- Os Técnicos em Agropecuária poderão, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural ou industrial e no âmbito restrito de suas respectivas habilitações, elaborar projetos de valor não superior a 1.500 MVR;
- Os Técnicos do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais;
- Nenhum profissional poderá desempenhar a atividade além daquelas que o competem pelas características de seu currículo escolar, considerados, em cada caso, os conteúdos das disciplinas que contribuem para sua formação profissional.

DECRETO LEI N° 4.560/02

Este decreto, de 30 de dezembro de 2002, altera o Decreto Lei nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão do Técnico Industrial e técnico Agrícola, utilizando as atribuições do art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. Por esse educandário já estar trabalhando no sistema modular de ensino, trás as seguintes providências além das já estabelecidas:

- Responsabiliza-se pela elaboração de projetos de assistência técnica nas áreas de topografia na área rural, impacto ambiental, paisagismo, jardinagem, horticultura, construção de benfeitorias rurais, drenagem, irrigação e elaborar orçamentos, laudos, pareceres e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;
- Exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características;

- Alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;
- Obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
- Programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área serem implementadas;
- Identificação dos processos simbióticos de absorção, de translocação e dos efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas.
- Responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais;
- Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- Realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;
- Responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos;

O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

A carteira profissional conterá, obrigatoriamente, o número de registro e o nome da profissão, acrescido da respectiva modalidade.

ANEXO VIII

DECRETO Nº 4.560, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002.

Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 6º, 9º e 15 do Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

.....
.....

II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;

.....

IV - responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de:

- a) crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio;
- b) topografia na área rural;
- c) impacto ambiental;
- d) paisagismo, jardinagem e horticultura;
- e) construção de benfeitorias rurais;
- f) drenagem e irrigação;

V - elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;

VI -

- a) coleta de dados de natureza técnica;
- b) desenho de detalhes de construções rurais;
- c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra;

d) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;

e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;

f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;

g) administração de propriedades rurais;

.....

VIII - responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de :

a) exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características;

b) alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;

c) propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;

d) obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;

e) programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;

f) produção de mudas (viveiros) e sementes;

.....

XII - prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulação de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;

.....

XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;.....

XVII - analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;

XVIII - identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratamentos das culturas;

XIX - selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;

XX - planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários;

XXI - responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais;

XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;

XXIII - elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;

XXIV - responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas;

XXV - implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;

XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;

XXVII - projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;

XXVIII - realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;

XXIX - emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

XXX - responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos;

XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto.

§ 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado."(NR)

"Art. 9º O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. (NR)"

"Art. 15.

Parágrafo único. A Carteira Profissional conterá, obrigatoriamente, o número do registro e o nome da profissão, acrescido da respectiva modalidade." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 10 do Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.

Brasília, 30 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Jobim Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 31.12.2002

18. Seu trabalho é na área de formação

sim

não.

19. Data em que foi admitido

		-			-				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

20. Características predominantes de sua função.

Projeto

Manutenção

execução

chefia

Outros (especificar) _____

21. Nome do curso em que se formou nesta instituição:

Técnico em Agropecuária.

Técnico em Agroindústria.

Pós-Médio em Informática.

Pós-Médio em Cafeicultura.

Pós-Médio em Aqüicultura.

22. Ano de conclusão do curso:

--	--	--	--

23. Você formou ou esta cursando uma faculdade?

Não.

Sim, na mesma área de formação técnica.

Sim, em outra área de formação.

24. Se estiver atuando fora da área de formação, identifique o motivo: (pode marcar mais de uma)

Não encontrou trabalho na área de formação.

Salário não compensador.

Exigência de experiência profissional.

Oferta de trabalho fora do meu atual domicílio.

Minha formação profissional está fora das exigências de mercado.

Não tenho vocação para trabalhar nesta área.

Outra justificativa, (Discriminar)_____

